PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE

PDR

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE

PDR

Contrato de Prestação de Serviços
N. 216031– IICA / IABS
Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/003
Políticas Regionais – MI

Organizadores:
Alejandro Muñoz Muñoz
Fábio de Almeida Pinto
Carolina Gomes Nascimento

Brasília-DF, 2017

Execução

Realização

ORGANIZADORES
Alejandro Muñoz Muñoz
Fábio de Almeida Pinto
Carolina Gomes Nascimento

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Rodrigo Diniz Torres

COORDENAÇÃO EDITORIAL
EDITORA IABS
Flávio Silva Ramos

REVISÃO TEXTUAL
Stella Máris Zica

FOTOS DA CAPA
Torre Eólica - Governo do Estado de Sergipe
Citricultura - Márcio Dantas
Usina Taquari - Governo do Estado de Sergipe
Cânion do Xingó - João Schwartz

Plano de desenvolvimento regional do estado de Sergipe. Alejandro Muñoz Muñoz, Fábio de Almeida Pinto e Carolina Gomes Nascimento (organizadores). Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2017.

ISBN 978-85-64478-58-9
104 p.

1. Desenvolvimento regional e gestão territorial. 2. Desenvolvimento rural. 3. Inovação e competitividade industrial. 4. Turismo sustentável e meio ambiente. 5. Direitos sociais I. Título. II. Editora IABS.

CDU: 304
338.48
502/504
711

A reprodução total ou parcial desta obra é permitida desde que citada a fonte.

Artesanato
Foto: Edinah Mary

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Helder Zahluth Barbalho
Ministro de Estado da Integração Nacional

Marlon Carvalho Cambraia
Secretário de Desenvolvimento Regional

Wilfrido Tiradentes da Rocha Neto
Diretor do Departamento de Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional

Roberto Meirelles Pessôa Júnior
Coordenador-Geral de Planejamento Regional

EQUIPE TÉCNICA
Luiz Paulo de Oliveira Silva
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Regina Lima de Oliveira
Assistente Técnica

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Marcelo José Almeida das Neves
Superintendente

Alexandre Henrique de Gusmão Gonçalves
Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas

Frederico Augusto de Araújo Cavalcanti
Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação

Albertina de Souza Leão Pereira
Coordenação de Estudos, Pesquisas, Tecnologia e Inovação

Lautemyr Xavier Cavalcanti Canel
Coordenação de Avaliação de Planos, Programas e Projetos

José Farias Gomes Filho
Analista Técnico

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Jackson Barreto de Lima
Governador

Belivaldo Chagas Silva
Vice-Governador

Rosman Pereira dos Santos
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Esmeraldo Leal dos Santos
Secretário de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca

José Augusto Pereira
Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia

EQUIPE TÉCNICA DO GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (COORDENAÇÃO)

Ciro Brasil de Andrade
Acácia Maria Barros Souza
Cleverton dos Santos
Fernanda dos Santos Lopes Cruz
Gleideneides Teles dos Santos

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA

Delma Prado
Neuzice Andrade

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Caio Lucas de Moura Morais Medeiros Santos
Magaiver Lima Santos Fontes Correia
Maurício Nascimento Filho

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Luís Tadeu Assad
Coordenador-Geral

Alejandro Muñoz Muñoz
Especialista Técnico

ANALISTAS TÉCNICOS
Carolina Gomes Nascimento
Fábio de Almeida Pinto
Italo Spinelli da Cruz
Mauro Knüpfer Coutinho
Paulo Sandoval Júnior

PESQUISA DE CAMPO
Bruno Freire Araújo Regis
Fabiana Maria Barros Soares
José Carlisson do Nascimento Santos
Natália Souza Santos
Valéria Andrade Silva

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO
Carmen María Alaminos Fernández
João Pedro Peixoto Caldas
Poliana Cristina Marques de Faria

Banco de sementes
Foto: César Oliveira

Lista de Abreviações e Acrônimos

Adema – Administração Estadual do Meio Ambiente de Sergipe

Agrese – Agência Reguladora de Serviços Públicos de Sergipe

APL – Arranjo Produtivo Local

APP – Área de preservação permanente

ASD – Área Susceptíveis à Desertificação

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

C&T – Ciência e Tecnologia

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CER IV – Centro Especializado em Reabilitação tipo IV

Chesf – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CNDR – Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional

Codise – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe

Cohidro – Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe

Conab – Companhia Nacional de Abastecimento

CVT – Centro Vocacional Tecnológico

Deso – Companhia de Saneamento de Sergipe

Emdagro – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

Emgetis – Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação

Emsetur – Empresa Sergipana de Turismo

Faese – Federação de Agricultura do Estado de Sergipe

Fapitec – Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do estado de Sergipe

Fecomércio – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do estado de Sergipe

FIES – Federação das Indústrias do estado de Sergipe

FIIT – Fundação para a Investigação e Inovação Tecnológica

FJP – Fundação João Pinheiro

GEE – Gases de efeito estufa

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

GTP/APL – Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais

Hemose – Centro de Hemoterapia de Sergipe

Huse – Hospital de Urgência de Sergipe Governador João Alves Filho

IABS – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

Ihgse – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITPS – Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe

Jucese – Junta Comercial do estado de Sergipe

Lacen – Laboratório Central de Saúde

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MDH – Ministério dos Direitos Humanos

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

MEC – Ministério da Educação

MI – Ministério da Integração Nacional

MMA – Ministério do Meio Ambiente

NEAPL/SE – Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe

ODR – Observatório do Desenvolvimento Regional

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCT – Projeto de Cooperação Técnica

PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PDR Sergipe – Plano de Desenvolvimento Regional do estado de Sergipe

Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.

PIB – Produto Interno Bruto

Planapo – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNMC – Política Nacional sobre Mudança do Clima

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PNSCO – Programa Nacional de Sanidade dos Caprinos e Ovinos

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PSA – Pagamento por Serviços Ambientais

PSDI – Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial

QQC – Projeto de Qualidade, Quantidade e Continuidade da Produção Apícola de Sergipe

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional

Seagri – Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca de Sergipe

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Secult – Secretaria de Estado da Cultura de Sergipe

Sedetec – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Sergipe

Seed – Secretaria de Estado da Educação de Sergipe

Sefaz – Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe

Seidh – Secretaria de Estado da Mulher, Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos de Sergipe

Seinfra – Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano de Sergipe

Semarh – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe

Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Seplag – Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe

SES – Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe

Setesp – Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte de Sergipe

Sisan – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Supes – Superintendência de Estudos e Pesquisas de Sergipe da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe

SUS – Sistema Único de Saúde

TI – Tecnologia da Informação

UF – Unidade Federativa

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UHE – Usina Hidrelétrica

UTE – Usina Termoelétrica

ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico

Fábrica de brinquedos
Foto: Governo do Estado de Sergipe

SUMÁRIO

I. Introdução 25

II. Metodologia 27

PARTE I – POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III. Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) 31

PARTE II – DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO DO ESTADO DE SERGIPE

IV. Caracterização Geral do estado de Sergipe 35

PARTE III – PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE

V. Visão de Futuro 43

VI. Objetivos 43

VII. Macroestratégia 44

VIII. Eixos Estratégicos 46

IX. Diretrizes 47

A. Eixo de Desenvolvimento Institucional 47

B. Eixo de Desenvolvimento Produtivo 50

C. Eixo Estruturante do Desenvolvimento 75

X. Diretrizes Estratégicas e relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 85

PARTE IV – MODELO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO PDR SERGIPE

XI. Proposta de Modelo de Gestão do Plano 89

XII. Proposta de fluxo de informações 97

XIII. Conclusões 101

XIV. Referências 103

Lista de Figuras

Figura 1 - Participação da população na construção do PDR Sergipe 27

Figura 2 - Localização geográfica do estado de Sergipe.....35

Figura 3 - Mesorregiões do estado de Sergipe.....36

Figura 4 - Regiões de Planejamento Territorial de Sergipe..... 37

Figura 5 - Índice de Desenvolvimento Humano..... 39

Figura 6 - Índice de Gini de Sergipe (2001 a 2014)..... 39

Figura 7 - Evolução da participação dos setores no PIB de Sergipe..... 41

Figura 8 - Macroestratégia PDR Sergipe 46

Figura 9 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....85

Figura 10 - Objetivos do Modelo de Gestão do PDR Sergipe.....91

Figura 11 - Fluxo de Gestão do PDR Sergipe.....92

Figura 12 - Proposta de Modelo de Gestão do PDR Sergipe 94

Figura 13 - Fluxo de alimentação das informações do PDR Sergipe em ambiente *on-line*.....98

Lista de Quadros

Quadro 1 - Principais informações da Diretriz Estruturação de Instrumentos de Gestão Territorial.....48

Quadro 2 - Projetos/Ações do Programa Implementação do ZEE/SE.....49

Quadro 3 - Programa de Desenvolvimento de APL no Estado.....50

Quadro 4 - Principais informações da Diretriz Desenvolvimento rural sustentável com foco nas potencialidades territoriais..... 52

Quadro 5 - Projetos/Ações do Programa de Apoio à Agricultura Familiar.....53

Quadro 6 - Projetos/Ações do Programa de Apoio à Produção Agroecológica Orgânica.....54

Quadro 7 - Projetos/Ações do Programa de Apoio à Agricultura Familiar Irrigada.....55

Quadro 8 - Projetos/Ações do Programa Estadual de Defesa Agropecuária.....56

Quadro 9 - Projetos/Ações do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Aquicultura.....57

Quadro 10 - Projeto/Ação do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Mandiocultura.....58

Quadro 11 - Projetos/Ações do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura.....58

Quadro 12 - Projetos/Ações do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Pecuária Leiteira.....59

Quadro 13 - Projeto/Ação do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Apicultura.....60

Quadro 14 - Projetos/Ações do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Fruticultura.....60

Quadro 15 - Projetos/Ações do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Rizicultura.....61

Quadro 16 - Principais Informações da Diretriz Competitividade industrial e interiorização da infraestrutura produtiva.....62

Quadro 17 - Projetos/Ações do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI).....64

Quadro 18 - Projetos/Ações do Programa de Interiorização, modernização e ampliação da infraestrutura.....64

Quadro 19 - Projetos/Ações do Programa de Implantação de Infraestrutura Logística.....65

Quadro 20 - Projetos/Ações do Programa de Melhoria da Infraestrutura de Telecomunicações.....66

Quadro 21 - Projetos/Ações do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Petróleo.....66

Quadro 22 - Projetos/Ações do Programa de Expansão da Geração de Energia Renovável.....67

Quadro 23 - Projetos/Ações do Programa de Diversificação da Indústria Sergipana.....67

Quadro 24 - Principais informações da Diretriz Inovação e dinamismo econômico no setor de comércio e serviços.....68

Quadro 25 - Projetos/Ações do Programa de Fomento à Inovação Tecnológica.....70

Quadro 26 - Projetos/Ações do Programa de Valorização do Comércio baseado na Economia Solidária e Produção Local 70

Quadro 27 - Principais Informações da Diretriz Turismo sustentável baseado na cultura e riqueza natural.....71

Quadro 28 - Projetos/Ações do Programa de Estruturação da Atividade Turística.....73

Quadro 29 - Projetos/Ações do Programa de Comunicação e Suporte ao Turista.....73

Quadro 30 - Projetos/Ações do Programa de Expansão das Atividades Turísticas com Foco nas Potencialidades Naturais e Culturais do Estado.....74

Quadro 31 - Projetos/Ações de implantação do corredor turístico do Litoral Norte e ampliação da infraestrutura dos principais roteiros turísticos.....75

Quadro 32 - Principais Informações da Diretriz Garantia de direitos sociais básicos a toda a população de Sergipe.....76

Quadro 33 - Projetos/Ações do Programa Saúde.....77

Quadro 34 - Projetos/Ações do Programa Educação.....78

Quadro 35 - Projeto/Ação do Programa Habitação.....79

Quadro 36 - Projetos/Ações do Programa Cultura.....79

Quadro 37 - Principais Informações da Diretriz Meio Ambiente resiliente e capaz de fornecer condições favoráveis ao desenvolvimento das gerações atual e futuras..... 80

Quadro 38 - Projetos/Ações do Programa de Estruturação de Planos Estaduais Ambientais.....81

Quadro 39 - Projetos/Ações do Programa de Abastecimento de Água e Coleta de Esgoto.....82

Quadro 40 - Projetos/Ações do Programa de Tratamento e Destinação dos Resíduos Sólidos.....83

Quadro 41 - Projetos/Ações do Programa de Ampliação das UCs e Proteção aos Ecossistemas.....83

Quadro 42 - Visão de Futuro, Objetivo Estratégico, Eixos, Diretrizes e Programas 84

APRESENTAÇÃO

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

A trajetória histórica de Sergipe ilustra uma situação na qual a localização estratégica do território ajuda a moldar e entender as características da ocupação humana, a natureza dos conflitos e o perfil das atividades econômicas. Palco das batalhas entre as tropas holandesas e portuguesas, a população sergipana esteve continuamente ligada ao humor dos ciclos de expansão e encolhimento econômico das potências econômicas europeias nos séculos XVII e XVIII, à queda da monarquia e aos conflitos políticos entre monarquistas e republicanos. Ao longo dos séculos, Sergipe se caracteriza pela produção, fornecimento e trânsito da produção agropecuária entre a Bahia e Pernambuco.

As assimetrias regionais na distribuição da riqueza no Brasil ecoam no território sergipano, uma vez que o centro dinâmico da atividade econômica estadual encontra-se fortemente concentrada na Capital e entorno. A redução destas disparidades é objetivo constitucional e foco da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e objetivo estratégico do Ministério da Integração Nacional (MI).

A territorialização das políticas públicas, ainda que insuficiente, vem orientando a elaboração de planos plurianuais, de ordenamento do território, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. Além da territorialização, a PNDR preconiza a importância da transversalidade, da coordenação das esferas de governo, o caráter sistêmico e multiescalar das ações governamentais. Em sintonia com esta filosofia, a elaboração deste Plano de Desenvolvimento Regional do estado de Sergipe (PDR Sergipe) é resultante da colaboração entre o Ministério da Integração Nacional, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe (Seplag). O PDR Sergipe foi construído de forma participativa, dando destaque aos atores do território e valorizando seus conhecimentos e necessidades, de forma a construir uma carteira de projetos compatível com a realidade local.

O Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/003, celebrado entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o MI, tornou possível este esforço federal, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Regional deste Ministério, com a finalidade de criar instrumentos de diálogo e articulação entre a PNDR e a política de desenvolvimento estadual e explicita muitos dos desafios a serem enfrentados no processo: redução das desigualdades sociais, melhoria da infraestrutura, redução de impactos ambientais e atenção especial aos riscos de desertificação.

Marlon Carvalho Cambraia
Secretário de Desenvolvimento Regional

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste em mais de 50 (cinquenta) anos de atuação em políticas regionais buscou transformar o cenário, principalmente por meio da disponibilização de capital financeiro e intelectual com vistas à estruturação de polos econômicos, no apoio a diversas iniciativas estaduais e no processo de industrialização de diversas áreas, tornando efetivo o processo de planejamento regional. Tais resultados, uns com mais alcance que outros, refletiram o grau de sofisticação e profundidade da intervenção em diversos espaços da sua área de atuação.

O Plano de Desenvolvimento Regional do estado de Sergipe (PDR Sergipe), nesse sentido, faz parte da estratégia da Sudene em apoiar as unidades de sua área de atuação no planejamento de médio e longo prazo, no sentido de trazer à tona as diversas necessidades e anseios locais, consubstanciados nas diretrizes, propostas e metas postas no decorrer do seu processo de formatação.

Em adição, o Plano de Desenvolvimento Regional de Sergipe busca saídas para os aspectos territoriais do Estado, em pleno acordo com as indicações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), esta coordenada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), da qual a Sudene é signatária. Os resultados deste trabalho, inclusive, servem de subsídio para o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, em fase de construção atualmente.

A Sudene se sente gratificada ao participar desta iniciativa e da rede de instituições parceiras que de forma efetiva e qualificada elaboraram este Plano e estão agora disponibilizando-o para a sociedade regional.

Marcelo José Almeida das Neves
Superintendente de Desenvolvimento do Nordeste

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

O estado de Sergipe foi um dos pioneiros no Brasil na elaboração e execução de uma estratégia territorializada de desenvolvimento econômico e social. Os territórios de desenvolvimento de Sergipe foram institucionalizados em 2007 e desde então o planejamento territorial vem se constituindo em ferramenta nuclear para a implementação das políticas públicas em nosso Estado.

A motivação para adotar o planejamento territorializado é fruto do entendimento de que somente políticas transversais articuladas localmente são capazes de promover com efetividade o desenvolvimento econômico e social, notadamente nas áreas mais carentes de infraestrutura, de renda e de assistência.

Pensar e agir a partir da perspectiva territorial vem sendo uma atitude que vai se enraizando nas instâncias de planejamento público em nosso Estado. A busca de um maior equilíbrio entre os oito territórios de desenvolvimento de Sergipe é eixo norteador do Planejamento Estratégico do Estado para o período 2015-2018.

Apesar dos avanços nos últimos dez anos em levar desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis para todo o estado de Sergipe, as desigualdades entre os territórios de planejamento e entre os municípios que os compõem são muito amplas e têm como causas dois fatores principais: 1– As desigualdades nas bases econômicas existentes nos territórios e municípios, incluindo setor produtivo e infraestrutura; 2– A efetividade das políticas públicas executadas nos territórios e municípios em suas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

A elaboração do PDR Sergipe é, nesse sentido, um instrumento que fortalece a ação do Estado e pode proporcionar maior focalização da ação pública a fim de gerar importantes efeitos catalisadores para o desenvolvimento.

O PDR Sergipe significa também o alinhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no nosso Estado e tem como objetivo identificar as diretrizes estratégicas capazes de promover o desenvolvimento, de médio e longo prazo, em especial dos espaços menos desenvolvidos.

O PDR Sergipe é fruto de parceria estabelecida entre o Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional (MI) e o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e das Secretarias de Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca e de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia.

O MI vem orientando a ação regional a partir da identificação de problemas específicos de cada região e em múltiplas escalas, a integração da administração nos três níveis de governo e o fortalecimento do princípio da participação social na formulação, acompanhamento e avaliação das ações a serem desenvolvidas.

O Governo de Sergipe também adota como princípios a integração, a motivação da redução das desigualdades sociais e econômicas e a acessibilidade da população às políticas públicas e se fundamenta em diretrizes voltadas para a sustentabilidade econômica, a igualdade de acesso aos recursos e políticas sociais de sua gente e o respeito às questões ambientais.

A integração da administração na gestão das ações e políticas públicas prevista no PDR Sergipe é uma estratégia que visa não apenas a otimização dos recursos humanos e financeiros como também a universalização de serviços e o acesso a esses serviços de um maior número de beneficiários.

A metodologia usada na elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional do estado de Sergipe com entrevistas a agentes do desenvolvimento, consulta à população por meio de questionário *on-line* e, sobretudo, a realização de diversas oficinas para discussões, permitiu reafirmar compromissos do Governo de cuidar das pessoas e construir o futuro a partir do fortalecimento das atividades econômicas priorizadas no Plano.

A estratégia de desenvolvimento regional do governo sintetizada no presente documento tem como objetivo primordial fazer chegar à população serviços públicos de qualidade e preparar Sergipe para um futuro de prosperidade sustentável com inclusão social.

Jackson Barreto de Lima
Governador de Sergipe

Citricultura
Foto: Márcio Dantas

INTRODUÇÃO

I. INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Regional do estado de Sergipe (PDR Sergipe) é resultado do Contrato nº 216031 no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica (PCT) BRA/IICA/09/003 – Consolidação das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional. O PCT foi firmado entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), com parceria estabelecida entre o Governo do estado de Sergipe, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag), e o Ministério da Integração Nacional (MI), via Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

O PDR Sergipe é um instrumento para o alinhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) no Estado, e tem como objetivo apontar as diretrizes estratégicas capazes de promover o desenvolvimento de longo prazo em Sergipe, em especial nos locais menos desenvolvidos e estimular o potencial endógeno de desenvolvimento dessas regiões, integrando e valorizando suas características culturais, sociais, econômicas e ambientais.

A PNDR conjuga em seus objetivos a busca pela equidade, traduzida na redução das desigualdades espaciais dos níveis de renda e de vida, e a dotação de instrumentos que permitam maior competitividade das regiões ou sub-regiões relativamente mais atrasadas, e diretamente beneficiadas pela política, bem como pela economia brasileira de modo global.

Nessa direção, a construção do PDR Sergipe foi pautada na formulação de diretrizes que atendam a esses princípios, e na valorização da diversidade, oportunidades e potencialidades locais e regionais que colaboram para transformar o futuro e desenvolver os territórios sergipanos.

A elaboração do Plano foi realizada em sete etapas: Planejamento e alinhamento preliminar; Levantamento e análise de dados secundários; Levantamento e análise de dados primários; Consolidação do diagnóstico; Construção de diretrizes e metas; Sistematização e validação do Plano e Publicação final do PDR Sergipe.

Esse processo possibilitou a construção do diagnóstico situacional participativo, que permitiu um entendimento do panorama socioeconômico sergipano e, em especial, um olhar a partir da visão de lideranças e da sociedade dos fatores potencializadores e limitadores do desenvolvimento de Sergipe. Nesse sentido, as ações colaborativas das diversas etapas de construção do PDR Sergipe fortaleceram e proporcionaram a definição de cenários e estabelecimento das diretrizes estratégicas, programas e ações que estruturam o Plano.

Dessa forma, este documento apresenta o PDR Sergipe consolidado, discutido e validado. O Plano encontra-se constituído por 7 (sete) diretrizes, 37 (trinta e sete) programas e 150 (cento e cinquenta) projetos/ações; estruturado em um horizonte de realização das metas no curto prazo (três anos), médio prazo (três a cinco anos), e longo prazo (cinco a dez anos).

A diretriz Estruturação de Instrumentos de Gestão Territorial, com 2 (dois) programas e 7 (sete) projetos/ações e a diretriz Desenvolvimento rural sustentável com foco nas potencialidades territoriais, com 11 (onze) programas e 38 (trinta e oito) projetos/ações, contemplam a valorização do planejamento territorial e dos instrumentos de gestão territorial, reforçando

o adensamento de cadeias produtivas de base local, que potencializa o processo de desenvolvimento local e regional.

A diretriz Competitividade industrial e interiorização da infraestrutura produtiva, com 7 (sete) programas e 20 (vinte) projetos/ações, norteia-se no estabelecimento de estratégias competitivas que estimulem o crescimento produtivo de regiões menos desenvolvidas, identificando e consolidando empreendimentos industriais e agroindustriais articulados à base produtiva local e aos grandes projetos de modernização e ampliação da infraestrutura produtiva.

A diretriz Inovação e dinamismo econômico no setor de comércio e serviços, com 2 (dois) programas e 11 (onze) projetos/ações, apresenta-se fortemente conectada às demandas de fortalecimento e à promoção de empreendimentos inovadores, bem como o fomento à ciência e tecnologia.

A diretriz Turismo sustentável baseado na cultura e riqueza natural, com 4 (quatro) programas e 19 (dezenove) projetos/ações, apresenta um conjunto de ações para a potencialização do setor de turismo, baseando-se no turismo sustentável, e interligado às manifestações culturais sergipanas.

A diretriz Garantia de direitos sociais básicos a toda a população de Sergipe, com 4 (quatro) programas e 22 (vinte e dois) projetos/ações, traz direcionamentos para o atendimento e a necessidade de maior equidade social, estabelecendo programas voltados para a universalização de serviços públicos básicos, transformações nas realidades educacionais, promoção da cultura, dotação de infraestrutura, de saúde, de saneamento e de segurança.

Por fim, a diretriz Meio Ambiente resiliente e capaz de fornecer condições favoráveis ao desenvolvimento das gerações atual e futuras, com 4 (quatro) programas e 16 (dezesseis) projetos/ações estabelece ações em sintonia com os princípios da sustentabilidade ambiental e da economia verde.

Assim, o PDR Sergipe, mais do que um produto do planejamento, é um estruturador de políticas que estimulam a construção de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, e que estabelece ações para redução das desigualdades sociais e econômicas no estado de Sergipe. O Plano busca promover uma maior competitividade relativa dos setores econômicos, e melhorar a distribuição da renda, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental.

Tem-se no PDR Sergipe um plano que busca respeitar as diferenças estruturais, a diversidade e as potencialidades dos territórios sergipanos, valorizando sobretudo a participação dos mais diversos segmentos da sociedade civil organizada, sendo estes essenciais para a construção e orientações das políticas propostas no PDR Sergipe.

Assim, esse documento está estruturado da seguinte forma: a apresentação do PDR Sergipe é feita pelo Ministério da Integração Nacional, Sudene e Governo do estado de Sergipe. Posteriormente, seguem a Introdução e a Metodologia. A Parte I explicita brevemente as linhas gerais da PNDR. A Parte II apresenta a Caracterização Geral do estado de Sergipe. A Parte III contempla o Plano de Desenvolvimento Regional de Sergipe, contendo a visão de futuro, os objetivos, a macroestratégia, os eixos e diretrizes estratégicas, bem como a correlação das políticas e ações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

da Organização das Nações Unidas (ONU). Por fim, a Parte IV contém a proposta do Modelo de Gestão e Controle Social, com seus princípios, conceitos, objetivos, procedimentos e etapas necessárias e a proposta de fluxo de informações.

Os resultados de cada uma dessas etapas são de livre acesso e as informações detalhadas dos diagnósticos situacional e participativo e produtos intermediários podem ser acessados no CD que acompanha esse documento ou na base de dados *on-line* acessível por meio do *QR Code* ao lado.

https://goo.gl/VZBeF1

II. METODOLOGIA

A construção do PDR Sergipe foi dividida em sete etapas:

1. Planejamento e alinhamento preliminar;
2. Levantamento e análise de dados secundários;
3. Levantamento e análise de dados primários;
4. Consolidação do diagnóstico;
5. Construção de diretrizes e metas;
6. Sistematização e validação do Plano;
7. Publicação final do Plano.

Durante essas etapas, mais de 100 (cem) documentos foram analisados e diversos cidadãos sergipanos participaram diretamente dessa construção, por meio de consultas em três formatos diferentes, como apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Participação da população na construção do PDR Sergipe

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

O detalhamento metodológico dessas etapas é descrito a seguir.

A. Planejamento e alinhamento preliminar

Essa etapa consistiu no alinhamento inicial entre as instituições envolvidas na elaboração do PDR Sergipe e teve como objetivo validar a metodologia proposta, concertar as expectativas em relação ao resultado do trabalho e unificar a linguagem de comunicação. Essa etapa compreendeu três atividades: Reunião de alinhamento inicial; Reunião de validação do Plano de Trabalho; e Alinhamento e treinamento interno da equipe técnica.

B. Levantamento e análise de dados secundários

A etapa incluiu o levantamento, validação, sistematização, análise e consolidação de dados, informações, planos, programas e ações, a partir de fontes secundárias com impacto relevante no desenvolvimento do Estado.

Para a execução desta etapa, foram realizados:

- Levantamento de dados, informações, planos, programas e ações;
- Análise sistemática das informações coletadas em fontes secundárias;
- Mapeamento das análises estratégicas estratificadas por território e áreas temáticas.

C. Levantamento e análise de dados primários

A abordagem colaborativa com ampla participação de atores locais, seja por meio de oficinas, seja por outros métodos de consulta, permite compreender as reais necessidades do Estado e as estratégias de atuação deste. O resultado é a criação de um alinhamento das informações existentes em documentos oficiais com os interesses da população local, respeitando as diferenças dos territórios do Estado.

Nesse sentido, foi efetuada a coleta de dados primários a partir de entrevistas qualitativas semiestruturadas realizadas com 44 (quarenta e quatro) lideranças de diversificados segmentos, entre eles podemos destacar: governo federal; governo estadual; entidades representativas de classes; representantes do setor empresarial; representantes da academia e universidades.

Em paralelo às entrevistas semi-estruturadas, um questionário *on-line*, com 12 (doze) questões, foi disponibilizado ao público em geral, porém, foi direcionado às instituições e pessoas com interesse no desenvolvimento regional do Estado. Este foi respondido por 263 (duzentas e sessenta e três) pessoas.

D. Consolidação do diagnóstico

A consolidação do diagnóstico foi realizada com base nas informações obtidas nas entrevistas e questionários *on-line* e a partir das discussões do diagnóstico e cenários realizadas em oficinas participativas no município de Aracaju. Essa construção participativa ocorreu em dois encontros, com o intuito de obter um diagnóstico consolidado e discutido de forma ampla:

- Oficina de Discussão do Diagnóstico e Cenários;
- Oficina de Consolidação do Diagnóstico e Cenários.

E. Construção de diretrizes e metas

A partir do diagnóstico consolidado nas oficinas anteriores, nas quais foram considerados outros documentos e entrevistas, foram realizadas quatro oficinas participativas regionais para pactuação das metas e indicadores e uma oficina de consolidação dessas metas e indicadores. Durante essas oficinas, as diretrizes atuais e potenciais foram divididas por território, já destacando as estratégias mais adequadas para o desenvolvimento do Estado.

- Oficinas de Pactuação das Diretrizes, Metas e Indicadores nos seguintes municípios: Aracaju, Itabaiana, Lagarto e Nossa Senhora da Glória;
- Oficina de Consolidação das Diretrizes, Metas e Indicadores no município de Aracaju.

F. Sistematização e validação do Plano

A partir dos resultados das etapas anteriores, as informações foram sistematizadas, analisadas e organizadas para apresentação em oficinas de Pactuação e Validação. Estas ocorreram em dois encontros em Aracaju.

G. Publicação final do Plano

As informações validadas foram sistematizadas e revisadas, constituindo a presente versão consolidada do Plano.

PARTE I

POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR)

A persistência das desigualdades regionais no Brasil levou à necessidade de formulação de uma política nacional de desenvolvimento regional que rompesse com a visão tradicional da problemática regional brasileira. Uma política que reconhecesse a diversidade brasileira, e que promovesse um processo participativo e endógeno de construção e acompanhamento das políticas regionais.

Nessa direção, em 22 de fevereiro de 2007, o Decreto nº 6.407 instituiu a PNDR, que tem por objetivo:

> *I. Sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intrarregionais, valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais.*
>
> *II. Criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e serviços públicos no território brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e moradia.*

A PNDR estabelece quatro vertentes de ações essenciais para o enfrentamento dos fatores limitantes de caráter estrutural ao desenvolvimento regional brasileiro, e formam os Vetores para o Desenvolvimento Sustentável.

A. Vertente da Estrutura Produtiva

O processo de crescimento econômico nas regiões menos desenvolvidas, em especial na região Nordeste do Brasil, mostra-se muito heterogêneo do ponto de vista territorial, marcado pela concentração em poucos espaços mais dinâmicos. As regiões menos desenvolvidas enfrentam permanentemente barreiras de caráter estrutural, marcadas por uma baixa diversificação setorial, e pelo domínio de indústrias tradicionais que pouco se articulam com as demais estruturas produtivas dessas regiões. Esse processo leva muitas vezes à geração de baixo valor agregado nessas economias locais, gerando ainda um desvio da renda gerada para os grandes centros mais desenvolvidos.

Nesse sentido, a PNDR estabelece dois aspectos fundamentais para promoção na melhora dos níveis de desenvolvimento em regiões atrasadas: em primeiro lugar, o fomento de atividades que caminhem na direção de um novo paradigma tecnológico e produtivo, por meio da estruturação e fortalecimento de arranjos e sistemas produtivos locais inovadores.

Para tanto, o desenvolvimento produtivo deve ser promovido por meio do aproveitamento das oportunidades e potencialidades locais e regionais, seguindo a premissa básica de articulação entre os princípios de equidade e competitividade nas estratégias de desenvolvimento.

Outro elemento importante é a estruturação de APL que permita o fortalecimento e a consolidação de cadeias produtivas regionais, agregando e incentivando, sobretudo, atividades e tecnologias inovadoras, articuladas às economias de base local, que estabeleçam elos com fornecedores locais e regionais.

B. Vertente da Educação

Os indicadores educacionais brasileiros mostram acentuada disparidade regional na escolarização, e evidenciam limitação da capacidade de desenvolvimento de grandes parcelas populacionais brasileiras. A região Nordeste apresenta 16,6% (dezesseis inteiros, seis décimos por cento) de sua população analfabeta, em contraste com as regiões Sul 4,4% (quatro inteiros, quatro décimos por cento) e Sudeste 4,6% (quatro inteiros, seis décimos por cento), de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014. Apesar dos avanços recentes nesses indicadores, a promoção da educação persiste como um fator fundamental, não somente por ser um caminho que estimula a competitividade da economia brasileira, em decorrência do aperfeiçoamento do capital humano, mas, sobretudo por ser um elemento essencial para a construção da cidadania.

Nesse sentido, a PNDR busca priorizar a expansão da rede federal de ensino profissional e tecnológico em espaços elegíveis da PNDR, fomentando a oferta de cursos que se alinhem aos APL e rede de micro e pequenas empresas locais. Estimula ainda o fortalecimento dos sistemas locais de inovação, promovendo a ciência, tecnologia visando especialmente à inclusão produtiva e ao desenvolvimento social, e que destaque práticas de sustentabilidade ambiental e respeito à biodiversidade local.

Do ponto de vista da promoção da cidadania, a PNDR orienta que a rede pública de ensino tenha como prioridade o atendimento das necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e das pessoas portadoras de necessidades especiais nas regiões elegíveis da PNDR.

C. Vertente da Ciência, Tecnologia e Inovação

Os fatos atuais evidenciam que as regiões concentradoras de recursos, gastos e investimentos em ciência e tecnologia (C&T), e em pesquisa e desenvolvimento, estimulando ambientes inovativos, são as regiões que ocupam posição de destaque nos níveis de crescimento econômico, geram maior agregação de valor aos bens e serviços produzidos e sua população obtém os salários mais elevados. No caso brasileiro, os indicadores referentes à ciência, tecnologia e inovação se apresentam muito concentrados regionalmente.

Diante desse contexto, a PNDR deve estabelecer entre suas prioridades o objetivo de estimular mecanismos e instrumentos que proporcionem a desconcentração regional dos gastos de C&T, assim como dos seus efeitos sobre as atividades produtivas, isto é, sob a forma de inovação.

Para tanto, a PNDR estabelece entre suas diretrizes o apoio à estruturação e o fortalecimento dos Sistemas Regionais e Estaduais de Inovação, a criação de meios para estímulo à inovação, bem como para atração e fomento de empresas inovadoras, fornecendo apoio para a estruturação de Redes Regionais de Inovação e articulando universidades, instituições de pesquisa e empresas em torno de temáticas estratégicas para o desenvolvimento sustentável das regiões elegíveis da PNDR.

D. Vertente da Infraestrutura e Desenvolvimento Regional

Os investimentos em infraestrutura constituem um instrumento direto e eficaz da política pública para atenuação das desigualdades regionais. Isso se dá pela forte correlação entre o grau de desenvolvimento e as dotações de infraestrutura. Regiões mais desenvolvidas apresentam melhor infraestrutura e pelo efeito multiplicador em larga escala, gerado por esses empreendimentos, nas localidades recebedoras desses investimentos.

Nesse sentido, a PNDR estabelece entre suas diretrizes a construção de carteiras de projetos de infraestrutura regionalmente estratégicos, orientadas pelos planos regionais de desenvolvimento e amplamente negociadas com os estados; o fortalecimento e consolidação de corredores logísticos que constituem eixos de desenvolvimento e integração dinâmicos nas regiões menos desenvolvidas, bem como a promoção de novos corredores logísticos que estimulem novos eixos de desenvolvimento e novas centralidades econômicas nos territórios menos dinâmicos das regiões menos desenvolvidas.

PARTE II

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO DO ESTADO DE SERGIPE

IV. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ESTADO DE SERGIPE

Com o intuito de construir o Plano de Desenvolvimento Regional do estado de Sergipe, a etapa de caracterização geral do Estado foi feita para o levantamento, validação, sistematização, análise e consolidação de dados, informações, planos, programas e ações, a partir de fontes secundárias e com impacto relevante no desenvolvimento do Estado.

O Diagnóstico Situacional Participativo completo pode ser acessado no CD que acompanha esse documento ou na base de dados *on-line* acessível por meio do *QR Code* que se encontra na Introdução.

1. Estado de Sergipe

Sergipe é um Estado da região Nordeste do Brasil, limitado pelos estados de Alagoas ao norte e Bahia ao sul e oeste, sendo banhado a leste pelo Oceano Atlântico. Tem como pontos extremos a foz do rio Xingó, na confluência com o rio São Francisco, ao norte; a curva do rio Real, no povoado de Barbeiro, em Cristinápolis, ao sul; a barra do rio São Francisco, na ilha de Arembepe, em Brejo Grande, a leste; e a curva do rio Real no povoado de Terra Vermelha, em Poço Verde, a oeste[1].

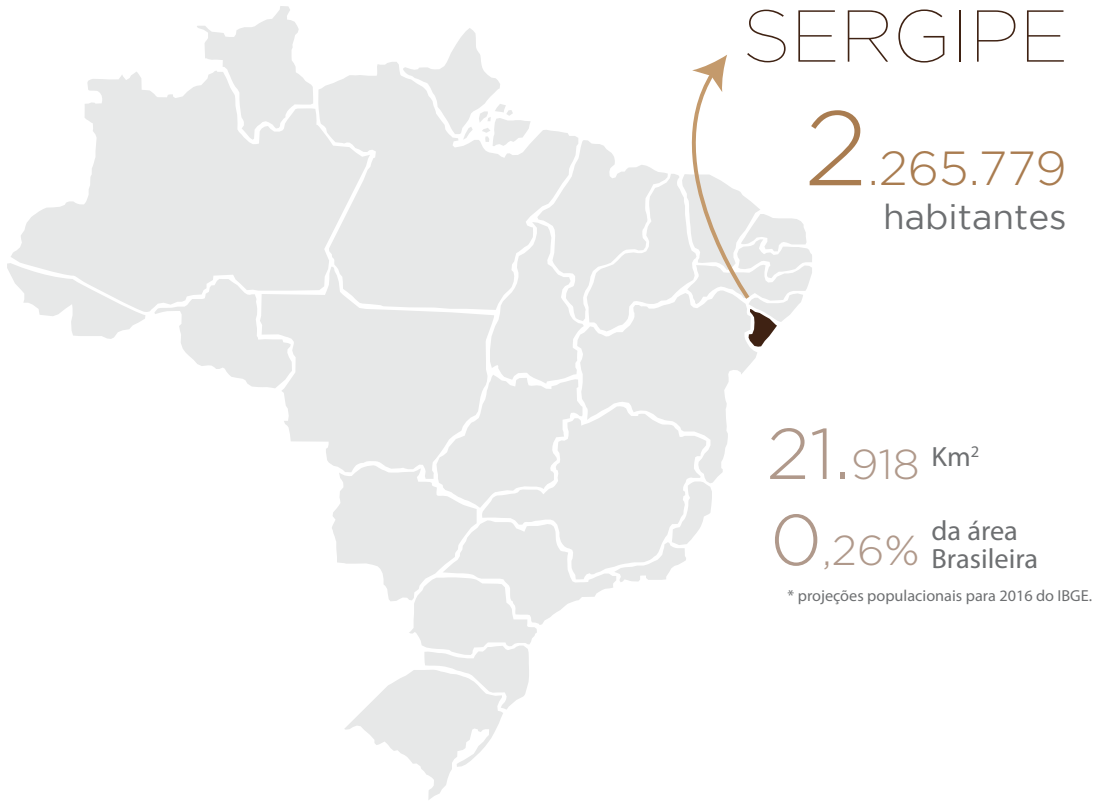

Figura 2 - Localização geográfica do estado de Sergipe

Fonte: Elaboração própria. IABS, 2017 - dados IBGE 2016.

É, em termos territoriais, o menor estado do Brasil, com área de 21.918,454 km², representando apenas 0,26% (vinte e seis centésimos por cento) do Brasil e 1,4% (um inteiro, quatro décimos por cento) do Nordeste, e com a população estimada em 2.265.779 habitantes em julho de

1 SEINFRA. Subsecretaria de Estado do Desenvolvimento Energético Sustentável. Panorama Energético de Sergipe. 2014. p.16.

2016[2] (2.068.017 habitantes, segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)).

A título de planejamento territorial para o desenvolvimento do Estado, há duas classificações usualmente adotadas. A primeira refere-se às mesorregiões definidas pelo IBGE, que agrupa municípios de uma área geográfica de acordo com similaridades espaciais e socioeconômicas. De acordo com essa metodologia, Sergipe é dividido em três mesorregiões: Mesorregião do Sertão Sergipano, Mesorregião do Agreste Sergipano e Mesorregião do Leste Sergipano.

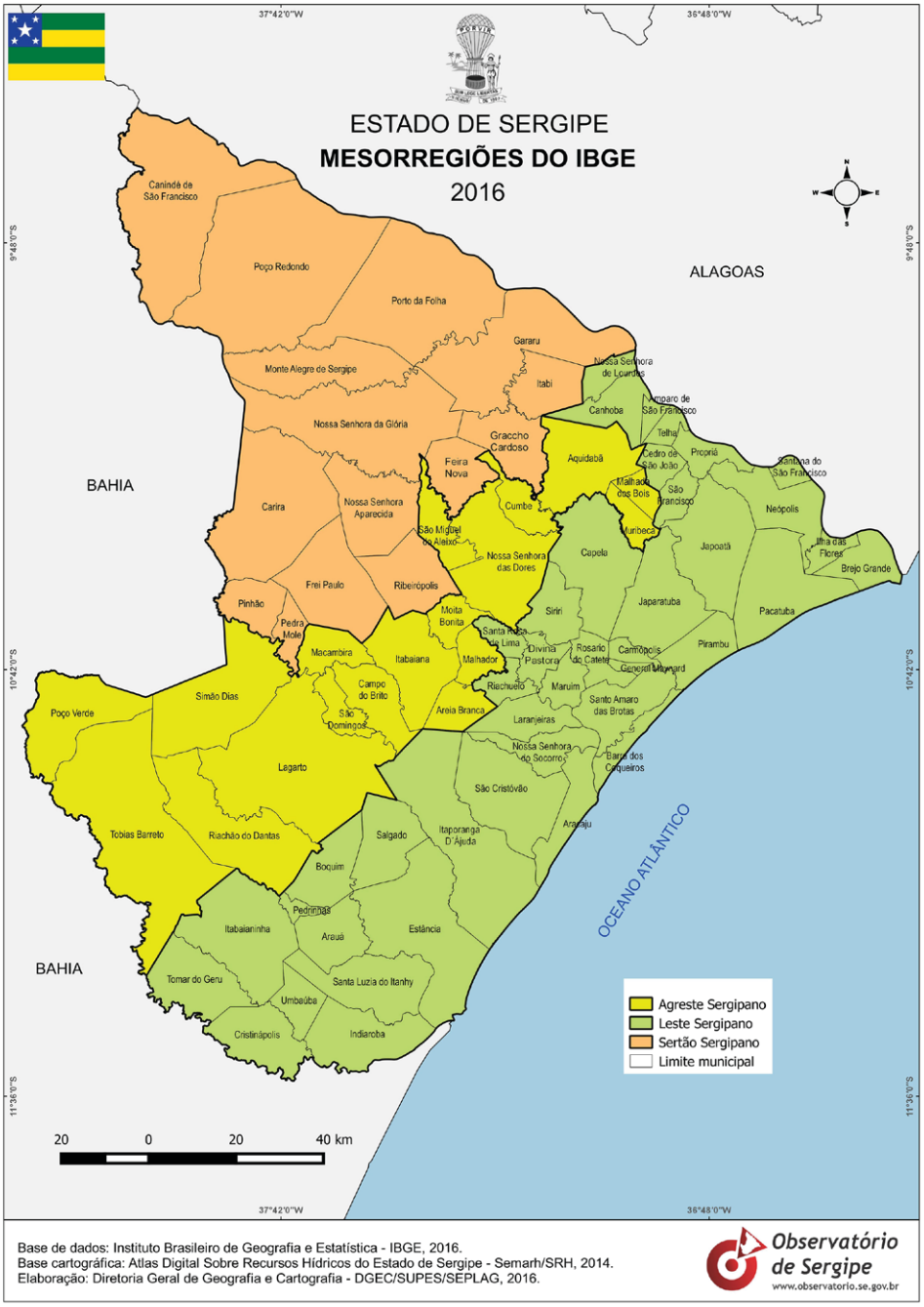

Figura 3 - Mesorregiões do estado de Sergipe

Fonte: Observatório de Sergipe

2 IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 15 jan. 2017.

Além dessa abordagem do IBGE, o Governo do estado de Sergipe instituiu, em 2007, 8 (oito) unidades espaciais de planejamento, visando nivelar as diferentes regiões do Estado, a partir da articulação local. Esses territórios são: Agreste Central; Alto Sertão; Baixo São Francisco; Centro Sul; Grande Aracaju; Leste; Médio Sertão; e Sul, que podem ser observadas na Figura 4 abaixo.

Figura 4 - Regiões de Planejamento Territorial de Sergipe

Fonte: Observatório de Sergipe

2. História e formação da sociedade

Inicialmente Sergipe havia se especializado na agricultura de subsistência e de pecuária extensiva, com o propósito de abastecer a região canavieira da Capitania Hereditária da Bahia, à qual o território sergipano pertencia[3]. No final do século XVIII a produção de cana-de-açúcar se estabelece de maneira mais sólida no território sergipano. Melo, Passos Subrinho e

3 ARAÚJO, A. T. História de Sergipe. Aracaju: Livraria Regina, 1970.

Feitosa[4] destacam a importância do crescimento da indústria do açúcar para a construção de uma identidade sergipana. Ao longo do século XIX, Sergipe buscou reduzir, gradativamente, a dependência da economia baiana, especialmente em relação à intermediação comercial e financeira praticada pela praça de Salvador.

No final do século XIX, a indústria do açúcar e a indústria têxtil constituem as principais atividades econômicas de Sergipe[5]. As primeiras décadas do século XX marcam um processo de depressão na economia sergipana, marcado por uma crise no modelo agroexportador de produtos primários brasileiros, que leva Sergipe a buscar soluções para direcionar sua produção para o mercado interno.

Na segunda metade do século, mais precisamente a partir de 1950, iniciam-se as discussões sobre a questão regional. Em 1956, tem-se a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que tinha por objetivo avaliar os principais problemas da região e oportunidades para superá-los, com forte impacto na estrutura produtiva da economia sergipana[6].

No ano de 1970, os incentivos a investimentos industriais via Sudene e os investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974–1978) permitiram a Sergipe diversificar a estrutura produtiva. Dessa forma, além da unidade de produção da Petrobras, Sergipe passa a receber vultosos investimentos, incentivando não somente a exploração de petróleo e gás, como de outros recursos minerais, dando ensejo à formação de uma importante cadeia produtiva minero-química.

3. Contexto Social

Em linhas gerais, Sergipe apresenta um quadro de baixo desenvolvimento e alta desigualdade, com forte concentração de renda e de infraestrutura produtiva na Região Metropolitana de Aracaju.

O Estado é contemplado pelos principais programas conduzidos pelo Governo Federal, com destaque para as áreas de auxílio social – por intermédio de iniciativas tais quais o Programa Bolsa Família (PBF), o Programa Mais Alimentos e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – e habitação e reforma agrária – Minha Casa Minha Vida e Programa Pró-Moradia.

Esses programas, associados ao desenvolvimento econômico e às ações de âmbito regional, resultaram em evolução positiva dos principais indicadores sociais ao longo da última década, embora ainda se encontrem em níveis considerados baixos. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2010, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (FJP), Sergipe tem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,665, ocupando a vigésima posição no ranking desse indicador entre as 27 (vinte e sete) Unidades Federativas (UF) brasileiras, e o quarto entre os estados do Nordeste, atrás do Rio Grande do Norte (0,684), Ceará (0,682) e Pernambuco (0,673). Ao analisar os componentes do índice, o estado ocupa a 19ª posição quanto à renda (0,672), 21ª em educação (0,560) e 23ª em longevidade (0,781).

4 Idem
5 MELO, R. O.; PASSOS SUBRINHO, J. M.; FEITOSA, C.O. Indústria e Desenvolvimento em Sergipe. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v. 40, nº 3, abr.-jun. 2009.
6 Idem

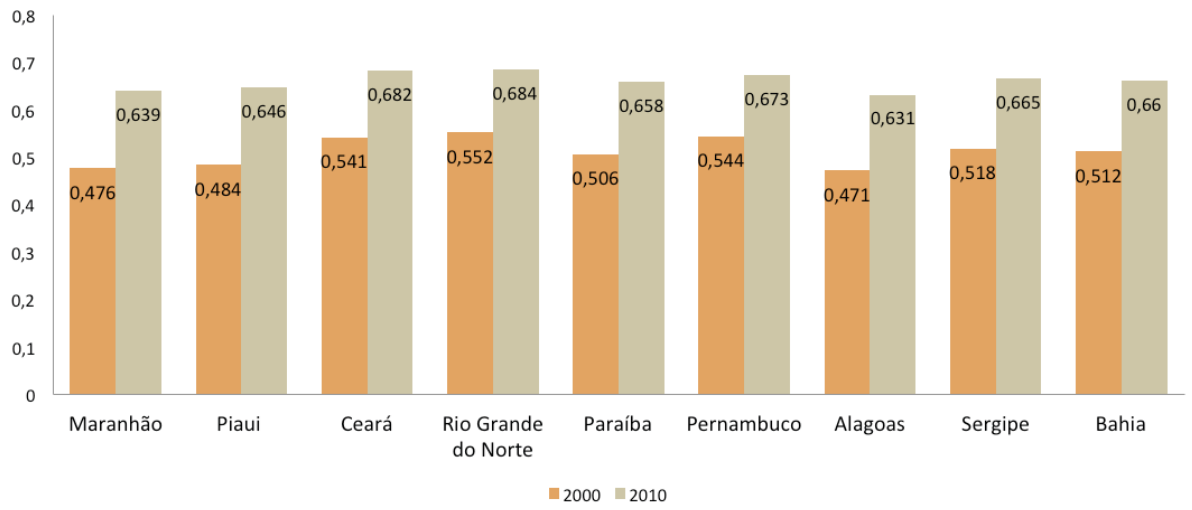

Figura 5 -Índice de Desenvolvimento Humano

Fonte: Atlas do Desenvolvimento. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

A melhoria nas questões do desenvolvimento também é observada na evolução do mapa da vulnerabilidade social do Estado ao longo da década de 2000. A ascensão, entretanto, explicitou a desigualdade sub-regional do Estado, com presença de regiões variando desde uma vulnerabilidade social muito alta, notadamente na capital Aracaju, até muito baixa, em áreas do Sul Sergipano e do Baixo São Francisco.

A redução da vulnerabilidade social e da extrema pobreza apresentada não foi acompanhada de uma diminuição proporcional nas desigualdades, medidas pelo Índice de Gini. A despeito de uma redução verificada em meados da década passada, seu valor atual ainda é muito elevado, indicando a necessidade de ações mais eficazes para a geração de riqueza combinadas à equidade social.

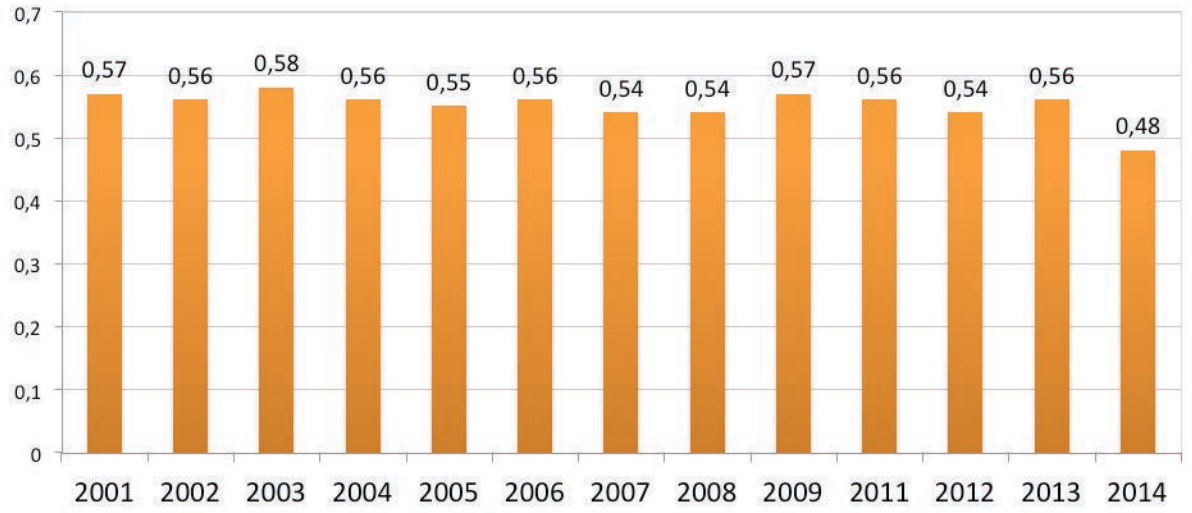

Figura 6 -Índice de Gini de Sergipe (2001 a 2014)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

Adicionalmente, a desigualdade interna é marcante: Aracaju apresenta um IDH Municipal (IDHM) de 0,770, enquanto o município com pior desempenho, Poço Redondo, o IDH Municipal é 0,529. Como consequência, de acordo com resultados do Índice de Gini apresentados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013, o Estado é a segunda UF mais desigual do País, atrás do Distrito Federal.

A desigualdade social vai além de questões de renda, sendo marcante também no acesso a serviços básicos, considerados direitos pela Constituição Federal. Em relação à moradia, ao déficit habitacional existente soma-se a inadequação de uma grande quantidade de imóveis de baixa renda, sem acesso à infraestrutura de serviços, como coleta e tratamento de esgoto.

Na área da educação, chamam atenção os indicadores de analfabetismo, segundo os quais 11,9% (onze inteiros, nove décimos por cento) dos cidadãos com 15 (quinze) anos ou mais não são alfabetizados. Por outro lado, essa mesma taxa para crianças abaixo de 14 (quatorze) anos era de apenas 1,6% (um inteiro, seis décimos por cento). A média de anos de estudo da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, em 2014, era de 8,92 (oito inteiros, noventa e dois centésimos) anos, no entanto, quando se analisa a população de 25 (vinte e cinco) anos ou mais, a média caía para 6,23 (seis inteiros, vinte e três centésimos) anos, em uma clara demonstração do aumento da escolarização entre os jovens.

Na área da saúde, no ano de 2010, a taxa de médicos por mil habitantes era de 1,30 (um inteiro, trinta centésimos) e no ano de 2012 a taxa de leitos por mil habitantes era de 1,85 (um inteiro, oitenta e cinco centésimos), ambos em patamares inferiores aos patamares recomendados internacionalmente.

A segurança pública, do mesmo modo, enfrenta situação crítica. Em 2015, Sergipe foi uma das poucas UF na qual houve aumento na taxa de homicídios, o que o levou à primeira posição no ranking nacional dessa categoria.

4. Contexto Econômico

O Produto Interno Bruto (PIB) de Sergipe chegou a R$ 37,472 bilhões em 2014, gerando um PIB *per capita* de R$ 16.883. Há de se destacar, porém, a discrepância na distribuição regional nos valores do PIB *per capita* no Estado. Enquanto a Grande Aracaju e outras poucas cidades apresentam valores elevados de PIB *per capita*, outras regiões, notadamente no interior do Estado, possuem índices que as situam entre as regiões de menor atividade econômica do País.

Soma-se a esse cenário a forte concentração setorial da economia sergipana. Atualmente, cerca de 70% (setenta por cento) do PIB estadual advém do setor de serviços, com importante participação do setor público. A indústria vem perdendo importância relativa, porém, ainda com relevante aporte de atividades ligadas à exploração de petróleo e gás e geração de energia elétrica. Por fim, a agropecuária aparece com participação considerada baixa na composição do PIB estadual, de cerca de 5% (cinco por cento), porém, com grande importância para a inclusão produtiva da população de baixa renda nas cidades interioranas.

AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
2014 **5,2%**	2014 **24,6%**	2014 **70,1%**
2013 **5,7%**	2013 **25,6%**	2013 **68,8%**
2012 **5,1%**	2012 **30,5%**	2012 **66,4%**
2011 **5,2%**	2011 **29,7%**	2011 **65,1%**
2010 **6,4%**	2010 **29,0%**	2010 **64,7%**

Figura 7 - Evolução da participação dos setores no PIB de Sergipe

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE e Seplag/SE

A diversificação econômica e integração regional enfrentam muitas barreiras. Inicialmente, ligadas à infraestrutura logística, que limitam a conexão com outros Estados da região Nordeste e com o restante do País. A possibilidade de expansão de investimentos que superem esses obstáculos, porém, atualmente é impactada pela conjuntura da crise econômica. Em análise recente, o Tesouro Nacional considerou a situação fiscal de Sergipe difícil, com exposição a risco que não permite aval do Governo Federal para novos financiamentos[7].

5. Contexto Ambiental

A despeito de sua reduzida extensão territorial, Sergipe é caracterizado pela marcante diversidade ambiental. O clima varia desde características megatérmicas úmidas no litoral até megatérmico semiárido com grande déficit pluviométrico, divididos pela região do agreste, uma zona de transição caracterizada por clima megatérmico subúmido a seco.

Os recursos naturais do Estado têm importante papel no potencial de desenvolvimento de Sergipe. A sobreposição do território com parte da Bacia do rio São Francisco permite o fornecimento de água em regiões extremamente secas, e até para a capital Aracaju. Além disso, a geração de energia hidroelétrica tem grande importância no contexto regional, somando-se ao potencial ainda pouco explorado de geração de eletricidade a partir de outras fontes renováveis, tais como solar e eólica. A disponibilidade de recursos minerais, incluindo petróleo e gás natural, também tem grande destaque no contexto regional.

Há também desafios impostos pelas características naturais do Estado. A primeira delas é o processo de desertificação, que impacta nas possibilidades de produtividade no campo e nas condições de vida da parcela da população mais vulnerável socialmente. Esse risco é potencializado pela forte antropização do meio rural, onde praticamente não restam grandes áreas de preservação de vegetação nativa, sobretudo no bioma Mata Atlântica.

Há, por fim, o grande desafio da segurança hídrica em uma região de pouca incidência pluviométrica e de bacias hidrográficas de limitada disponibilidade, exceção feita à Bacia do São Francisco, da qual depende o fornecimento de água de praticamente todo o Estado.

7 Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/0/Boletim+de+Financas+P%C3%BAblicas+dos+Entes+Subnacionais/107970b4–9691–4263–a856–b37d655b42b2>. Acesso em: 15 jan. 2017.

PARTE III

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SERGIPE

V. VISÃO DE FUTURO

Em uma década, espera-se que Sergipe consolide uma estratégia de desenvolvimento social e ambientalmente sustentável aderente às potencialidades dos 8 (oito) territórios do planejamento, experimentando uma trajetória de redução das desigualdades sociais e de crescimento econômico inclusivo.

VI. OBJETIVOS

Os objetivos do PDR Sergipe alinham-se às diretrizes da PNDR, da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR) e do Plano Estratégico 2015–2018 do Governo de Sergipe, considerando ainda o diagnóstico situacional e as particularidades socioculturais, bem como as potencialidades e os gargalos ao desenvolvimento em âmbito regional.

A. Objetivo Estratégico

Promover o desenvolvimento do estado de Sergipe a partir de suas potencialidades, com base em políticas públicas de desenvolvimento regional voltadas para a redução das desigualdades sociais e a inclusão produtiva, em sintonia com os ODS adotados pelo Brasil no âmbito da ONU, garantindo que os pilares social, econômico e ambiental interajam para garantir a melhoria das condições de vida da população sergipana no longo prazo.

B. Objetivos Operacionais

a. Contribuir para o ordenamento e as políticas de desenvolvimento territoriais;

b. Promover a inclusão socioeconômica no campo, por meio do fortalecimento das cadeias produtivas existentes nos diferentes territórios do planejamento de Sergipe;

c. Favorecer a agricultura orgânica e os sistemas agroecológicos como forma de conciliar a geração de renda da agricultura familiar e a segurança alimentar;

d. Fomentar a interiorização e a diversificação da atividade industrial no Estado, aproveitando das vantagens competitivas oriundas da disponibilidade de recursos naturais, da localização geográfica estratégica e das cadeias produtivas identificadas, consolidadas ou incipientes;

e. Promover a inovação na indústria sergipana, como forma de aumentar a produtividade e a importância do setor para o desenvolvimento regional;

f. Contribuir para a dinamização do setor de comércio e serviços locais, criando ambiente favorável ao empreendedorismo, à tecnologia da informação e à economia solidária;

g. Direcionar a gestão e os serviços públicos para provisão de suporte adequado ao desenvolvimento dos setores econômicos e à melhoria da qualidade de vida da população sergipana, com foco no longo prazo;

h. Inserir o turismo como diretriz do desenvolvimento regional, viabilizando a criação de emprego e renda, por meio da valorização das potencialidades naturais e culturais do Estado;

i. Melhorar os níveis educacionais do estado de Sergipe, conciliando a geração de oportunidades de desenvolvimento individual com a demanda por mão de obra qualificada para as principais atividades econômicas;

j. Garantir o acesso aos direitos constitucionais básicos a todos os cidadãos de Sergipe, entre os quais saúde, segurança, educação, moradia e transporte;

k. Preservar o meio ambiente, os recursos naturais e a biodiversidade regional, visando não comprometer a capacidade das futuras gerações de promover o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida;

l. Estabelecer um modelo de gestão do PDR Sergipe que privilegie estruturas colegiadas com participação da sociedade civil, com fluxos simples e claros, visando à efetiva implantação, monitoramento, avaliação e correções de rumo da estratégia estabelecida.

VII. MACROESTRATÉGIA

As informações obtidas em fontes secundárias, entrevistas qualitativas semiestruturadas a atores-chave, questionário *on-line* e oficinas participativas foram o subsídio para a construção da macroestratégia do Plano. Esta apresenta um viés estratégico de desenvolvimento no longo prazo e na redução das desigualdades entre os territórios, com um constante alinhamento com a PNDR e o Plano Estratégico do Governo de Sergipe.

A partir de uma análise da realidade regional atual, sua evolução nos últimos anos e as propostas de ação de outros planos é possível concluir que o desenvolvimento do estado de Sergipe requer foco na transformação social com um crescimento econômico desconcentrado e com atenção à sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, a dimensão político-institucional deve estar fortalecida para conseguir agilidade nos ajustes, transparência no processo e sucesso nas ações.

A transformação social deve ser o resultado da melhoria dos indicadores sociais, com ênfase na educação, que foi identificada como uma dos principais limitantes do Estado. Sergipe ainda apresenta dificuldades de garantir o acesso aos serviços básicos à população, uma vez que os baixos investimentos são, em parte, fruto da baixa capacidade de gerar receitas públicas, tanto nos municípios quanto no Estado. A transformação social é, portanto, um caminho para a desconcentração e redução das desigualdades entre os setores econômicos e os territórios do Estado.

Apesar da trajetória econômica recente positiva, é necessário um crescimento econômico desconcentrado, caracterizado pela diversificação das atividades e interiorização da produção. A maior parte do PIB é concentrada em poucos territórios, principalmente na Grande Aracaju, e em atividades econômicas restritas. Nesse sentido os programas e projetos do PDR Sergipe devem estar vinculados a atividades econômicas que sejam capazes de gerar e distribuir riqueza. Essa distribuição passa por um acesso facilitado aos meios de produção e uma integração entre os diversos setores econômicos no nível estadual e da produção local com o contexto regional e nacional, aproveitando a localização geográfica do Estado.

A sustentabilidade ambiental também configura uma dimensão fundamental para pautar o desenvolvimento do Estado. Entre as principais potencialidades destacadas está a disponibilidade de recursos e belezas naturais. Dessa forma, as ações que pautam o desenvolvimento do Estado, necessariamente precisam estar alinhadas ao uso sustentável desses recursos.

Igualmente, a esfera político-institucional constitui uma dimensão fundamental por meio de uma governança integrada e pautada pela gestão participativa. O processo participativo, além de orientar a elaboração do Plano, tem fundamental importância em sua gestão e monitoramento, o que requer instituições e estruturas de gestão consolidadas, que possam atravessar eventuais mudanças políticas.

A estratégia para o desenvolvimento regional do Estado apresenta alinhamento com a estratégia estadual, nacional e internacional já existentes. Na esfera estadual, é orientado pelo Plano Estratégico do Governo de Sergipe, que tem como valores: o governo presente; o equilíbrio entre os municípios sergipanos; a ética e transparência; a qualidade na Gestão Pública; a responsabilidade fiscal; o desenvolvimento sustentável; e o trabalho e criatividade. Na esfera nacional, é pautado pela PNDR, que propõe o desenvolvimento regional econômico e socialmente inclusivo, inteligente e ambientalmente responsável. Portanto, comprometido com um padrão de desenvolvimento em que parcelas cada vez mais amplas da população participem do processo de crescimento econômico e compartilhem seus benefícios, no qual a criatividade e a inovação sejam a tônica na busca de soluções econômica, social e ambientalmente justas e sustentáveis, de forma a não comprometer o crescimento e a qualidade de vida das gerações futuras. Por fim, no âmbito internacional existe uma relação direta com os 17 (dezessete) ODS, que são uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável a serem atingidos até 2030.

A Figura a seguir mostra de forma resumida a macroestratégia para o desenvolvimento regional de Sergipe, em uma trajetória futura. Essa imagem reflete os princípios orientadores das ações previstas para o PDR Sergipe.

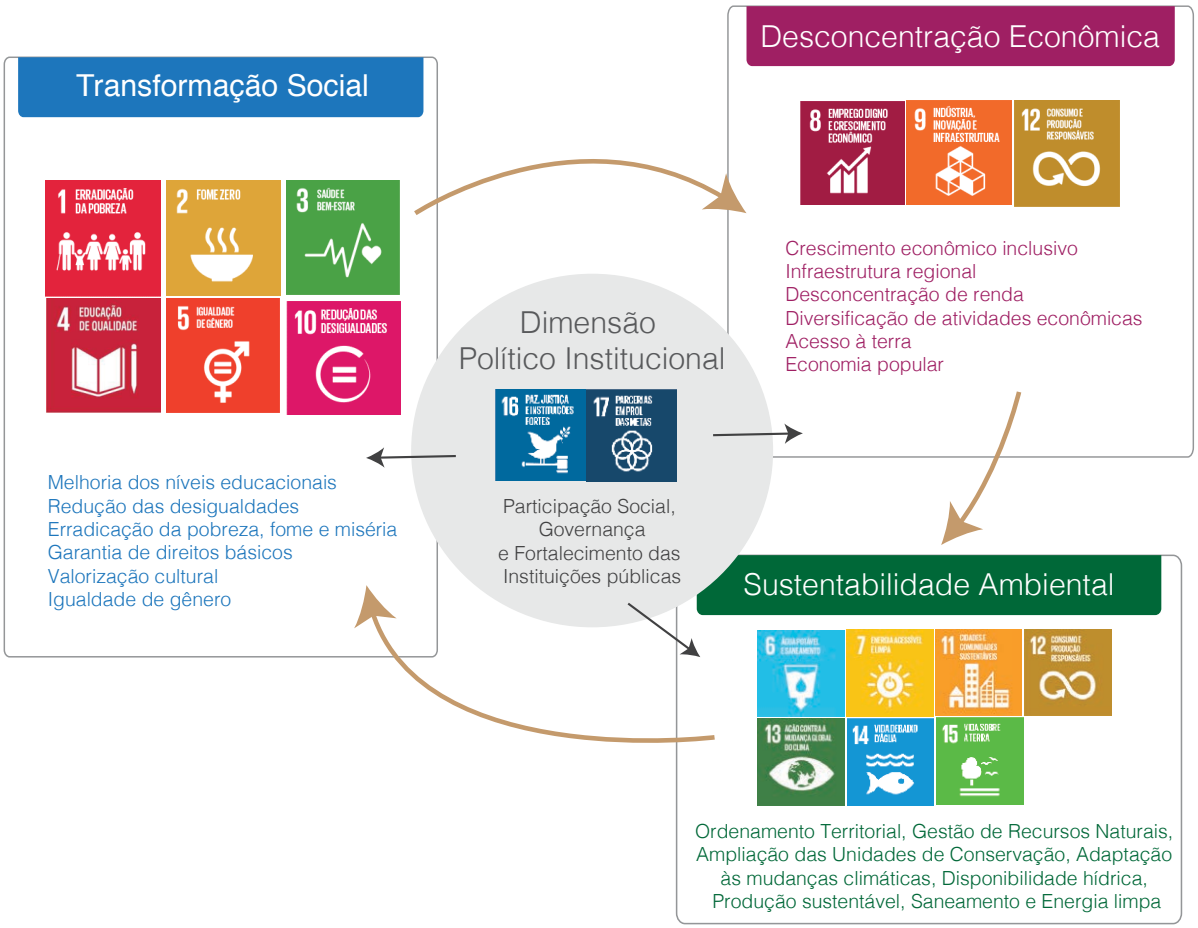

Figura 8 - Macroestratégia PDR Sergipe

Fonte: Elaboração própria. IABS, 2017

VIII. EIXOS ESTRATÉGICOS

As diretrizes estratégicas para o PDR Sergipe foram propostas considerando três eixos principais.

O eixo de desenvolvimento institucional constitui uma dimensão fundamental que visa à implementação de diversas políticas e planos já estabelecidos, sendo estratégico para que as instituições e estruturas de gestão estejam fortalecidas e consolidadas.

O eixo de desenvolvimento produtivo é composto por diretrizes, programas e projetos/ações que visam ao adequado desenvolvimento de atividades econômicas produtivas e consequente geração de trabalho, emprego e renda. São ações que promovem o crescimento e a distribuição da riqueza em Sergipe.

O eixo estruturante do desenvolvimento, por sua vez, é composto de diretrizes, programas e projetos/ações que permeiam as atividades produtivas e são bases estruturais para seu desenvolvimento pleno, ou seja, serviços básicos que impactam em maior ou menor escala todas as atividades econômicas e, apesar de não estar vinculados a uma produção específica, constituem elementos fundamentais para o desenvolvimento.

As sete diretrizes estratégicas pactuadas foram organizadas nos três eixos supramencionados, uma encontra-se no eixo de desenvolvimento institucional, quatro estão no eixo de desenvolvimento produtivo e duas no eixo estruturante do desenvolvimento.

IX. DIRETRIZES

Os três eixos estratégicos do PDR Sergipe se subdividem em sete diretrizes estratégicas que, por sua vez, dividem-se em programas e projetos.

As tabelas com as informações sobre as diretrizes estratégicas, programas, projetos/ações, prioridade, indicadores, fontes do indicador, metas, territórios, possibilidades orçamentárias e abordagem podem ser acessadas no CD que acompanha esse documento ou na base de dados *on-line* acessível por meio do *QR Code* que se encontra na Introdução.

A. Eixo de Desenvolvimento Institucional

1. Diretriz: Estruturação de Instrumentos de Gestão Territorial

O planejamento territorial é um dos pilares centrais do desenvolvimento regional. Entende-se por território, para fins de construção do PDR Sergipe, um espaço físico terrestre, delimitado por limites geopolíticos que, na sociedade contemporânea, estão estabelecidos majoritariamente pela acomodação dos poderes estatais.

No Brasil, o desenvolvimento se deu de forma heterogênea. A ocupação histórica e o desenvolvimento de atividades produtivas altamente concentradas criaram fragmentações no País de difícil superação. Os limites da integração entre as diferentes políticas setoriais incidentes sobre os territórios impediram, por muito tempo, um olhar mais específico sobre o desenvolvimento territorial. A PNDR reforça que as severas desigualdades sociais e econômicas no Brasil se expressam, com clareza, na base territorial, resultando em distorções que se agravaram com o início do processo de industrialização do País, deflagrado em meados do século XX.

> *Segundo "a ausência de uma política central que dê direção ao processo de ordenamento territorial do desenvolvimento brasileiro ao lado do modelo de desenvolvimento localista pode acabar reforçando a tendência de concentração econômica industrial no eixo dinâmico da economia brasileira, o estado de São Paulo e sua hinterlândia econômica, ou seja, principalmente as regiões Sudeste e Sul, com a inclusão de algumas 'ilhas de prosperidade' de outras regiões"*[8].

Planejar o desenvolvimento regional envolve, portanto, repensar a destinação de uso do espaço territorial, tanto em uma escala mais macro, enfocando grandes categorias espaciais (biomas, redes de cidades, etc.) e espaços de características estratégicas (zonas de fronteiras, unidades de conservação, terras indígenas, etc.), quanto em uma escala mais reduzida, traduzida nas definições de uso e ocupação do solo. Sergipe conta com algumas iniciativas de ordenamento territorial que poderiam culminar com a elaboração de um zoneamento ecológico-econômico (ZEE) para o Estado.

8 Disponível em: <http://mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=58908ef0–c6ff–45f3–ac3f–91b2baf3e755&groupId=10157)> , p. 159. Acesso em: 6 abr. 2017.

Mas além das questões de ordenamento e ocupação, é importante entender o território como área comum de incidência entre diferentes agentes públicos e privados, cujos vínculos construídos em torno das vocações locais permitem estabelecer estratégias de desenvolvimento regional e construções de cadeias de valor. Nesse sentido, os APL têm se revelado instrumentos efetivos para promoção do desenvolvimento regional, aproveitando um tecido social existente e, por vezes, reforçado por políticas públicas preexistentes, como o Programa Territórios da Cidadania, cuja estratégia de desenvolvimento territorial contempla a participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios.

Quadro 1 - Principais informações da Diretriz Estruturação de Instrumentos de Gestão Territorial

<table>
<tr><th colspan="2">EIXO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</th></tr>
<tr><td colspan="2">Diretriz: Estruturação de Instrumentos de Gestão Territorial</td></tr>
<tr><td colspan="2">Programas:
1. Implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado de Sergipe (ZEE-SE)
2. Programa de Desenvolvimento de APL no Estado</td></tr>
<tr><td>Principais objetivos:
• Promover o ordenamento territorial;
• Definir diretrizes para o desenvolvimento territorial com foco na aptidão local;
• Estabelecer cadeias produtivas com base na vocação territorial.</td><td>ODS:
8, 9, 11, 12, 16 e 17</td></tr>
<tr><td colspan="2">Principais instituições envolvidas:
• Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe (Semarh);
• Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca de Sergipe (Seagri);
• Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro);
• Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe (Seplag);
• Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte de Sergipe (Setesp);
• Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema);
• Ministério do Meio Ambiente (MMA);
• Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico (Consórcio ZEE Brasil).</td></tr>
</table>

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

a. Implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado de Sergipe (ZEE–SE)

A implantação do ZEE é considerada um dos fundamentos para uma estratégia de desenvolvimento sustentável de longo prazo para Sergipe, na medida em que busca compatibilizar potencialidades socioeconômicas, aptidões físicas e conservação do meio ambiente.

O ZEE é um instrumento previsto na Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentado pelo Decreto Federal nº 4.297/2002, que versa em seu artigo 3º:

> *O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas*[9].

Adicionalmente, a lei que instituiu o novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012), cuja observação também é fundamental para as questões territoriais, estabeleceu o prazo de 5 (cinco) anos para que todos os Estados elaborem e aprovem seus ZEE, segundo metodologia unificada estabelecida em norma federal, em cooperação com a esfera federal.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe (Semarh) tem papel fundamental na realização desses objetivos, inclusive já tendo iniciado discussões e atividades para levar à elaboração e aprovação do Programa ora proposto.

Quadro 2 - Projetos/Ações do Programa Implementação do ZEE/SE

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado de Sergipe (ZEE/SE)	Elaboração do ZEE/SE
	Gestão do ZEE/SE

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

b. Programa de Desenvolvimento de APL no Estado

Os APL constituem elemento-chave da estratégia de desenvolvimento territorial no Brasil. Para efeito de conceituação, no presente Plano utilizou-se a definição de APL estabelecida pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, da UFRJ, segundo a qual:

> *arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos, mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação*[10].

9 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4297.htm>. Acesso em: 6 abr. 2017
10 Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist/foco.html>. Acesso em: 11 abr. 2017.

A estratégia de APL em nível nacional se articula no âmbito do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL), envolvendo 23 (vinte e três) instituições governamentais e não governamentais, coordenados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), que realizou um trabalho de identificação de APL prioritários em cada Estado da Federação e apoiou a formação de Núcleos Estaduais.

O Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe (NEAPL/SE) foi constituído em 2007 e já identificou 17 (dezessete) APL no Estado, 7 (sete) a mais em relação àqueles inicialmente identificados inicialmente pelo GTP/APL. Ainda assim, nas oficinas participativas emergiu, com muita força, a necessidade de melhor estruturação do NEAPL/SE, de forma a viabilizar uma ação mais intensiva e coordenada em torno do fortalecimento da política de APL. De todos os APL identificados, 9 (nove) ainda carecem de planos de desenvolvimento.

Quadro 3 - Programa de Desenvolvimento de APL no Estado

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Desenvolvimento de APL no Estado	Elaboração da Política Estadual de APL
	Elaboração do Plano Estadual de APL
	Projeto Gestão dos APL
	Criação e/ou Efetivação das Câmaras Setoriais para os APL
	Projeto Oferta de Crédito aos APL

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

B. Eixo de Desenvolvimento Produtivo

1. Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável com foco nas potencialidades territoriais

Os índices de pobreza rural no Brasil e particularmente no estado de Sergipe apresentaram importante redução, sobretudo ao longo da primeira década deste século. Essa evolução levou à melhoria das condições básicas de vida no campo, que, somada à urbanização e à diversificação das atividades rurais para além da agricultura, contribuiu para uma mudança no perfil socioeconômico da população rural. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre 2004 e 2013, a pobreza entre as famílias agrícolas no Nordeste caiu de 65% (sessenta e cinco por cento) para 36% (trinta e seis por cento), enquanto que a extrema pobreza caiu de 30% (trinta por cento) para 8% (oito por cento). A mesma trajetória de queda, porém, em menor intensidade, observa-se para os índices de extrema pobreza e pobreza da população rural não agrícola.

Pouco mudou, entretanto, na concentração de riqueza e na localização das áreas mais vulneráveis socialmente. O Nordeste ainda é a região do País com maior índice de pobreza extrema entre domicílios agrícolas.

Particularmente em Sergipe, os altos índices de concentração populacional, de infraestrutura produtiva e de serviços na capital Aracaju e municípios próximos acarretam elevada desigualdade em relação às demais regiões do Estado. Como resultado, os maiores índices de pobreza são observados em municípios com predomínio de características rurais com vocação agropecuária.

Embora represente apenas 5,2% (cinco inteiros, dois décimos por cento) do PIB estadual, o setor tem um importante papel socioeconômico para o Estado, visto que muitos dos municípios de menor IDH regional possuem vocação agropecuária. É fundamental que a lógica do agronegócio de grande escala, que resulta em maior concentração de terras, de acesso à tecnologia e de renda, seja combinada com políticas de inclusão socioeconômica no campo.

Nesse contexto, uma estratégia de redução das desigualdades regionais e de valorização do potencial de desenvolvimento de Sergipe deve ter, como um de seus eixos centrais, o desenvolvimento rural e, particularmente, a agricultura familiar.

Ressalta-se, entretanto, que o desenvolvimento rural sustentável deve ser pensado de forma integrada às demais estratégias de desenvolvimento do Estado, seja pela aproximação entre o rural e o urbano como forma de dinamização econômica[11], seja em função da dependência das atividades rurais em relação a outras políticas públicas, como ordenamento territorial, segurança alimentar e meio ambiente.

Políticas que caminham nessa linha têm o território como eixo central de articulação entre as diferentes políticas territoriais. Um grande exemplo desse conceito aplicado à prática é o sistema de produção agroecológica, que tem potencial de gerar renda ao pequeno agricultor, criar vantagens competitivas de acesso a mercados, preservar o meio ambiente e promover hábitos alimentícios saudáveis.

Ainda no campo das atividades agrícolas de pequeno porte, já há um potencial mapeado de arranjos produtivos em Sergipe, que podem ser a base da expansão da produção associada à inclusão social. O adensamento e a integração da economia local com as cadeias produtivas regionais foram identificados como as principais estratégias de promoção do desenvolvimento e da redução das desigualdades durante as oficinas participativas, devendo ser trabalhadas intensamente visando à melhoria do quadro socioeconômico de longo prazo em Sergipe.

11 Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2017.

Quadro 4 - Principais informações da Diretriz Desenvolvimento rural sustentável com foco nas potencialidades territoriais

<table>
<tr><th colspan="2">EIXO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO</th></tr>
<tr><td colspan="2">Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável com foco nas potencialidades territoriais</td></tr>
<tr><td colspan="2">Programas:
1. Programa de Apoio à Agricultura Familiar
2. Programa de Apoio à Produção Agroecológica Orgânica
3. Programa de Apoio à Agricultura Familiar Irrigada
4. Programa Estadual de Defesa Agropecuária
5. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Aquicultura
6. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Mandiocultura
7. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura
8. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Pecuária Leiteira
9. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Apicultura
10. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Fruticultura
11. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Rizicultura</td></tr>
<tr><td>Principais objetivos:
• Promover a agricultura familiar;
• Desenvolver a produção orgânica e agroecológica;
• Diversificar a produção rural;
• Garantir assistência técnica aos produtores rurais familiares;
• Aplicar padrões de qualidade à produção rural;
• Assegurar o acesso à água;
• Aumentar a produtividade;
• Ampliar o mercado institucional.</td><td>ODS:
1, 2, 6, 8, 10, 11, 12, 14, 16 e 17</td></tr>
<tr><td colspan="2">Principais instituições envolvidas:
• Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca de Sergipe (Seagri);
• Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro);
• Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe (Semarh);
• Administração Estadual do Meio Ambiente de Sergipe (Adema);
• Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe (Seplag);
• Federação de Agricultura do Estado de Sergipe (Faese);
• Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe (NEAPL/SE);
• Companhia Nacional de Abastecimento (Conab);
• Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
• Ministério do Meio Ambiente (MMA);
• Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe (Sebrae);
• Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene);
• Prefeituras Municipais.</td></tr>
</table>

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

a. Programa de Apoio à Agricultura Familiar

A valorização da pequena agricultura é estratégia fundamental para redução das desigualdades e promoção do desenvolvimento no meio rural. A importância do Programa de Apoio à Agricultura Familiar foi enfaticamente destacada em todas as etapas da elaboração do PDR Sergipe, refletindo a importância que tanto as lideranças dos mais diversos segmentos quanto a sociedade sergipana conferem à iniciativa.

Os mercados institucionais estabelecidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que fixam a obrigatoriedade de que uma composição mínima das compras públicas sejam oriundas da agricultura familiar, têm apresentado importantes resultados de fomento.

Por outro lado, o segmento ainda carece de maiores esforços em torno de temas estruturantes para seu desenvolvimento. A capilaridade e efetividade dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), por exemplo, seguem sendo um desafio, bem como as políticas de acesso à terra e ao crédito. No nível nacional, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem contribuído parcialmente para a melhoria desse quadro, porém, com recursos limitados se comparados àqueles destinados à produção agropecuária em grandes propriedades. No âmbito estadual, o Projeto Dom Távora também tem apresentado importantes resultados, mas ainda restritos em relação à demanda da agricultura familiar sergipana.

Paralelamente à superação dessas barreiras, devem ser estimuladas oportunidades de agregar valor à pequena atividade agrícola, seja pelo acesso a novos mercados, seja por sua inserção nas cadeias agroindustriais e APL.

Quadro 5 -Projetos/Ações do Programa de Apoio à Agricultura Familiar

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Apoio à Agricultura Familiar	Projeto Dom Távora de remissão da pobreza rural, mediante apoio a pequenos produtores
	Projeto Acesso a Mercados Institucionais Pnae e PAA
	Projeto Inserção da Agricultura Familiar nos APL rurais do Estado
	Projeto Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar
	Projeto Industrialização da Produção Agropecuária e Extrativista de Agricultores Familiares
	Projeto Regularização Fundiária da Agricultura Familiar e Reconhecimento de Territórios de Populações Tradicionais

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

b. Programa de Apoio à Produção Agroecológica Orgânica

Historicamente, em uma extensa parte do território nacional a vegetação natural foi substituída por cultivos agrícolas destinados à alimentação humana e à criação de animais. Em consequência dessas atividades, houve geração e emissão de quantidades crescentes de dióxido de carbono (CO_2) e de outros de gases de efeito estufa (GEE) no País. Outro efeito notável é a contaminação dos meios físicos por resíduos de agrotóxicos, sobretudo solo, lençóis freáticos e outras fontes de abastecimento de água, acarretando não somente impactos aos ecossistemas existentes, mas, sobretudo, enormes riscos à saúde humana.

A produção agroecológica orgânica se apresenta como uma grande oportunidade de conciliar a produção agropecuária, cujos produtos são a base da alimentação humana e origem de grande parte dos bens consumidos pelas sociedades contemporâneas, e a necessidade iminente de preservação dos ecossistemas, a fim de garantir as mesmas oportunidades de qualidade de vida e produção de alimentos às gerações futuras.

Adicionalmente, a agricultura agroecológica orgânica representa uma grande oportunidade de unir os interesses da agricultura familiar com a conservação ambiental e a manutenção dos serviços ecossistêmicos. Embora conceitualmente sua aplicabilidade não se restrinja às pequenas propriedades, alguns de seus preceitos, como a eliminação do uso de agrotóxicos, conflitam diretamente com o agronegócio moderno de grande escala.

O Governo Federal tem uma estratégia em curso para fomento a este segmento, materializada na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e seu respectivo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). A articulação entre as ações no âmbito estadual e essa macroestratégia pode representar uma nova fonte de geração de renda, promoção da segurança alimentar, cuidado com a saúde humana e preservação ambiental, contribuindo de forma crucial para atingir os resultados almejados pela PNDR.

Quadro 6 - Projetos/Ações do Programa de Apoio à Produção Agroecológica Orgânica

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Apoio à Produção Agroecológica Orgânica	Elaboração do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
	Implantação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
	Projeto Fomento à Expansão da Agricultura Orgânica
	Projeto Comercialização da Produção Agroecológica Orgânica
	Projeto Garantia de Procedência da Produção Orgânica

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

c. Programa de Apoio à Agricultura Familiar Irrigada

A disponibilidade hídrica é um dos grandes desafios a serem enfrentados visando à sustentabilidade da produção agropecuária em Sergipe, frequentemente identificado no processo de elaboração do PDR Sergipe como uma das maiores barreiras ao desenvolvimento. Particularmente no caso da agricultura familiar, essa situação é ainda mais crítica, já que os recursos necessários para investimentos em técnicas modernas de captação e uso da água são escassos.

A Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (Cohidro), vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca de Sergipe (Seagri), atua na criação e manutenção de perímetros irrigados em todo o Estado, que garantem a disponibilidade hídrica para a agricultura local.

Adicionalmente, o Projeto do Canal do Xingó irá atender a diversos municípios na Região do Alto Sertão Sergipano, trazendo maiores oportunidades de desenvolvimento para a região.

Quadro 7 - Projetos/Ações do Programa de Apoio à Agricultura Familiar Irrigada

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Apoio à Agricultura Familiar Irrigada	Projeto Recuperação e Modernização de Perímetros Irrigados
	Projeto Assistência Técnica em Técnicas de Irrigação para a Agricultura Familiar
	Projeto de Irrigação Manoel Dionísio Cruz
	Projeto Canal do Xingó

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

d. Programa Estadual de Defesa Agropecuária

A defesa agropecuária é uma estrutura de normas e atividades estratégicas para assegurar a qualidade da produção e o acesso dos produtos sergipanos a mercados, bem como a saúde dos consumidores.

Cabe à gestão pública aprimorar métodos de controle e rastreamento de processos, intensificando a fiscalização. Paralelamente, a certificação de propriedades e de produtos é uma via interessante a ser explorada, podendo garantir uma vantagem competitiva à produção estadual, diante da inexistência de um marco nacional para a defesa agropecuária.

Quadro 8 - Projetos/Ações do Programa Estadual de Defesa Agropecuária

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa Estadual de Defesa Agropecuária	Projeto Fiscalização Agropecuária
	Projeto Certificação Sanitária
	Projeto Classificação de Produtos Vegetais
	Projeto Certificação Agropecuária

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

e. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Aquicultura

Sergipe apresenta um grande potencial para desenvolvimento das atividades de aquicultura. De acordo com o Plano de Desenvolvimento do APL da Piscicultura[12], "além do clima favorável e da excelente qualidade de água, relevo e solos, Sergipe conta com 245 km de margens do rio São Francisco e 29 km do lago Xingó. A região do Baixo São Francisco está entre as regiões brasileiras que apresentam mais vantagens competitivas para a produção do pescado".

Nesse cenário, a aquicultura já representa uma atividade de destaque no contexto produtivo de Sergipe, com grande potencial de crescimento ainda a explorar, tanto no que se refere à piscicultura quanto à carcinicultura. Ambas as atividades possuem APL identificados pelo NEAPL/SE, porém, só no caso da piscicultura há um Plano de Desenvolvimento do APL elaborado, indicando maior maturidade de sua cadeia produtiva.

Os perímetros irrigados existentes na região do Baixo São Francisco apresentam as características apropriadas para o desenvolvimento da piscicultura, podendo responder às distintas demandas de segurança hídrica no semiárido e à geração de renda pelo desenvolvimento de atividades ligadas à aquicultura.

No caso da carcinicultura, é fundamental que o Plano de Desenvolvimento do APL e as demais políticas relacionadas a essa cadeia produtiva considerem a importância da fiscalização e licenciamento das unidades produtoras, a fim de garantir o menor dano possível ao meio ambiente, face aos riscos da atividade em relação ao equilíbrio ecossistêmico aquático.

12 Disponível em: <http://www.neapl.sedetec.se.gov.br/modules/wfdownloads/visit.php?cid=2&lid=81 >. Acesso em: 6 abr. 2017.

Quadro 9 - Projetos/Ações do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Aquicultura

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Aquicultura	Construção de Entreposto de Pesca adequado à legislação vigente
	Conclusão da construção do Terminal Pesqueiro adequado à legislação vigente
	APL da Piscicultura
	Elaboração do Plano de Desenvolvimento do APL da Carcinicultura
	Projeto Certificação do Pescado

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

f. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Mandiocultura

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de mandioca, respondendo por cerca de 10% (dez por cento) da produção global[13], sendo cerca de 50% (cinquenta por cento) da produção total destinada à alimentação animal. No comparativo entre as UF, Sergipe ocupa a 14ª posição no que se refere à área plantada e volume de produção, e a terceira posição entre os estados do Nordeste, atrás da Bahia e do Maranhão[14].

A mandiocultura, além de sua importância alimentícia, seja diretamente, sobretudo pelo consumo de amido e farinhas, seja indiretamente por meio da alimentação animal, e de suas outras aplicabilidades, como a produção de têxteis, ainda apresenta grande potencial de promoção de inclusão produtiva e geração de renda. Isso porque, no Nordeste e mais notadamente em Sergipe, a produção coincide com algumas das áreas de menor IDH, localizadas nos territórios do Agreste Central, Baixo São Francisco, Centro Sul e Sul. A estrutura produtiva baseada nas pequenas propriedades familiares reforça a importância socioeconômica da mandioca no contexto regional.

Essa estrutura descentralizada, entretanto, dificulta ganhos de produtividade – o Nordeste tem a menor produtividade do País nessa cultura – e a ausência de padrões sanitários adequados compromete a capacidade do produto de penetrar outros mercados. Particularmente em Sergipe, onde a produção destina-se em sua maior parte à alimentação humana e cuja farinha de mandioca é reconhecida como uma das melhores do País, o enfrentamento dessas barreiras torna-se ainda mais importante.

A estruturação do APL da Mandiocultura trouxe expectativas de superação desses entraves e de outros, como questões logísticas e de infraestrutura, porém, os resultados apresentados ainda estão aquém da realização de todo o potencial do segmento.

13 Disponível em: <https://www.embrapa.br/mandioca–e–fruticultura/cultivos/mandioca>. Acesso em: 6 abr. 2017.
14 Disponível em: <http://www.cnpmf.embrapa.br/Base_de_Dados/index_xls/Brasil/Mandioca/mandioca_brasil_producao.htm>. Acesso em: 6 abr. 2017.

Quadro 10 – Projeto/Ação do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Mandiocultura

PROGRAMA	PROJETO / AÇÃO
Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Mandiocultura	APL da Mandioca

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

g. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura

A cadeia de produtos da ovinocaprinocultura tem despertado interesse crescente nos mercados nacional e internacional. No Brasil, são poucos os frigoríficos formais especializados no processamento de ovinos e caprinos, grande parte deles concentrados no Sudeste, embora, em 2015, o Nordeste respondesse por 92,7% (noventa e dois inteiros, sete décimos por cento) do rebanho nacional de caprinos e 60,6% (sessenta inteiros, seis décimos por cento) do rebanho nacional de ovinos[15].

O principal desafio a ser enfrentado na região é, portanto, a formalização da cadeia de valor da ovinocaprinocultura, com a expansão da certificação federal que favorece o financiamento da produção, facilita o acesso a mercados e garante a qualidade do produto. Em âmbito nacional, o Programa Nacional de Sanidade dos Caprinos e Ovinos (PNSCO) é uma importante diretriz para encaminhamento desses pontos. Adicionalmente, dada a predominância regional da cadeia produtiva no semiárido, no caso de Sergipe nos APL identificados nos territórios do Agreste Central, Alto Sertão e Centro Sul, a disponibilidade hídrica também se apresenta como uma barreira ao melhor desempenho do segmento.

Em Sergipe, há duas linhas principais de atuação: "produção de animais para abate visando, sobretudo, abastecer o mercado interno de animais; e produção de matrizes e reprodutores que, na atualidade, em decorrência da grande procura de fêmeas desmamadas, tem sido destinada à formação de rebanhos no Centro-Oeste e Norte". (NEAPL)[16]

Quadro 11 - Projetos/Ações do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura	APL da Ovinocaprinocultura
	Projeto Fomento à infraestrutura de processamento para o abate de animais
	Construção de novos e estruturação dos abatedouros existentes

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

h. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Pecuária Leiteira

15 Disponível em:<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas>.Acesso em: 6 abr. 2017.
16 Disponível em:<http://www.neapl.sedetec.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=7>.Acesso em: 6 abr. 2017.

A cadeia produtiva da pecuária leiteira apresenta grande importância para a economia nacional, posicionando o País na 5ª colocação entre os maiores produtores de leite em nível global. A maior produção ainda se concentra no Sudeste, seguido respectivamente por Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

Particularmente no Nordeste, a pecuária leiteira tem uma grande importância socioeconômica, já que historicamente sua produção se estabeleceu em pequenas propriedades familiares na região do semiárido, cujos índices de vulnerabilidade social são, em termos gerais, elevados. Em Sergipe, a região de maior destaque da atividade é o Alto Sertão, onde foi identificado um APL para desenvolvimento da atividade, embora o Médio Sertão também apresente produção relevante, com potencial de expansão.

A maior parte da produção é direcionada à produção de queijo coalho, motivo pelo qual é fundamental que sejam estabelecidos padrões de qualificação e suporte à adequação das queijarias da região. Outras importantes questões a serem enfrentadas por meio do Programa ora proposto dizem respeito à produtividade – o País tem baixíssima produtividade comparada aos padrões internacionais, e o Nordeste, por sua vez, tem produtividade inferior à média nacional – ao acesso à assistência técnica e à qualificação[17].

Quadro 12 - Projetos/Ações do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Pecuária Leiteira

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Pecuária Leiteira	APL da Pecuária Leiteira
	Projeto Qualificação das Queijarias
	Projeto Produção e Conservação de Forragens
	Projeto Balde Cheio de Assistência Técnica

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

i. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Apicultura

O Brasil é, atualmente, um dos 10 (dez) maiores produtores de mel do mundo. Em Sergipe, a cadeia da apicultura ganhou relevância a partir do Projeto de Qualidade, Quantidade e Continuidade da Produção Apícola de Sergipe (QQC do Mel), lançado em 2003 por meio de uma parceria entre o Sebrae, a Seagri e a Federação Apícola. Atualmente, além da apicultura, a meliponicultura vem ganhando importância, por vezes apresentando maior valor agregado[18].

A atividade é desenvolvida em seis dos oito territórios do planejamento sergipanos: Agreste Central, Alto Sertão, Baixo São Francisco, Centro Sul, Grande Aracaju e Leste. Embora também envolva municípios de maior desenvolvimento, como a capital do Estado, a maior parte dos municípios identificados no APL da Apicultura apresenta índices de pobreza e vulnerabilidade social elevados, conferindo ainda mais relevância à atividade.

17 Disponível em: <http://www.neapl.sedetec.se.gov.br/modules/wfdownloads/visit.php?cid=1&lid=35>. Acesso em: 6 abr. 2017.
18 Disponível em: <http://www.neapl.sedetec.se.gov.br/modules/wfdownloads/visit.php?cid=1&lid=30>. Acesso em: 6 abr. 2017.

Uma contribuição mais efetiva dessa cadeia produtiva para o desenvolvimento regional passa pelo aumento da produção e produtividade, favorecida por políticas de assistência técnica apropriadas.

Quadro 13 - Projeto/Ação do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Apicultura

PROGRAMA	PROJETO / AÇÃO
Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Apicultura	APL da Apicultura

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

j. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Fruticultura

A fruticultura sergipana ganhou notoriedade, sobretudo, pela produção de laranjas. Atualmente, o Estado está entre os 5 (cinco) maiores produtores do País, e a atividade tem grande relevância na composição do PIB local, abastecendo, sobretudo, as empresas de sucos e processados regionais, tanto do próprio estado de Sergipe quanto da Bahia.

O APL da Citricultura, estabelecido no Sul Sergipano, tem contribuído para a geração de emprego e renda em alguns dos municípios com os menores níveis de desenvolvimento da região Nordeste. Relacionado à produção de cítricos, o cultivo de outras frutas se expandiu, sobretudo no Baixo São Francisco, dando origem ao APL da Fruticultura, com considerável nível de diversificação de culturas. Outras regiões, como o Centro Sul, também vêm apresentando crescimento da atividade, com potencial de expansão.

Para a expansão da atividade, é fundamental que sejam elaborados os Planos de Desenvolvimento dos APL da Citricultura e da Fruticultura, sistematizando e ampliando as ações de assistência técnica já existentes.

Quadro 14 - Projetos/Ações do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Fruticultura

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Fruticultura	Elaboração do Plano de Desenvolvimento do APL da Fruticultura
	Elaboração do Plano de Desenvolvimento do APL da Citricultura
	Projeto Aumento da Produtividade da Citricultura

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

k. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Rizicultura

O território do Baixo São Francisco tem se destacado na produção de arroz em âmbito nacional, com bons índices de produtividade. O Brasil é um importante centro consumidor e produtor de arroz em nível global, atrás apenas da Ásia, que concentra cerca de 90%

(noventa por cento) da produção global. Do total produzido globalmente, 75% (setenta e cinco por cento) se dá através de sistemas irrigados.

Em Sergipe, a rizicultura tem resultado, portanto, em um importante segmento econômico para uma região com baixos níveis de desenvolvimento humano. Há uma grande oportunidade de implantação de uma estratégia de inclusão produtiva a partir do APL ali identificado, porém, este ainda carece de um plano de desenvolvimento que possa nortear as intervenções.

Quadro 15 - Projetos/Ações do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Rizicultura

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Rizicultura	Elaboração do Plano de Desenvolvimento do APL da Rizicultura
	Projeto Aumento da Produtividade da Rizicultura

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

2. Diretriz: Competitividade industrial e interiorização da infraestrutura produtiva

O Brasil vem enfrentando um quadro de perda de participação da indústria na economia nacional, o que também se pode observar no estado de Sergipe, embora em menor grau. Se, em nível nacional a indústria representa atualmente cerca de 10% (dez por cento) do PIB, em Sergipe esse número está próximo a 25% (vinte e cinco por cento). Ainda assim, somente entre 2010 e 2014, o setor perdeu quase 5% (cinco por cento) de participação no PIB estadual.

Aliada à perda de competitividade da indústria nacional, em um momento de aumento da concorrência pelo desenvolvimento das cadeias de valor globais, a baixa diversificação limita a resiliência do setor em relação a flutuações de demanda e preços nos diferentes mercados. Em Sergipe, a evolução da indústria esteve marcada pelo processamento de produtos agropecuários, iniciado na era colonial pela exploração da cana-de-açúcar e, mais tarde, pela exploração de recursos minerais, sobretudo petróleo. A indústria extrativo-mineral tinha participação de cerca de 7,5% (sete inteiros, cinco décimos por cento) do PIB em 2013, superior à participação da indústria de transformação.

Diante disso, fica evidente que a indústria pode ter um papel ainda mais importante para o crescimento da economia sergipana, agregando valor à produção primária e inserindo o Estado em cadeias produtivas regionais. Para tal, devem ser estimulados os investimentos e criado um ambiente de negócios propício, com redução da burocracia, acesso a crédito e incentivo à interiorização. Este último ponto é central, de forma a melhorar a distribuição da infraestrutura produtiva no território.

Chama atenção, por exemplo, a relevância da indústria extrativa do petróleo, sem a existência de uma refinaria no Estado. Nesse sentido, cabe destacar que Sergipe não foi beneficiado pelas maiores obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), embora o Programa tenha resultado em importantes ações locais, sobretudo nas áreas de infraestrutura social e urbana.

Além do estímulo ao desenvolvimento dos setores já proeminentes na indústria regional, foco especial deve ser dado a setores que permitem a melhoria da eficiência das atividades produtivas no Estado, como logística e telecomunicações. O desenvolvimento da indústria e a sua melhor distribuição espacial ainda enfrentam grandes obstáculos estruturais, a serem equacionados por meio da articulação entre diferentes políticas públicas. O principal deles diz respeito à mão de obra qualificada para suprir a demanda das empresas instaladas nas regiões de maior pobreza e escassez de serviços básicos de qualidade.

Ainda assim, a diversificação e ampliação das cadeias produtivas sub-regionais são elementos que podem contribuir para geração de emprego e renda no setor, sobretudo a partir da exploração das vocações territoriais, criando círculos virtuosos que retroalimentam as políticas sociais. Os APL constituem estratégia identificada como prioritária durante o processo de construção do presente Plano, com destaque às cadeias da confecção e da cerâmica, que já contam com Planos de Desenvolvimento elaborados, demandando atualização.

Quadro 16 - Principais Informações da Diretriz Competitividade industrial e interiorização da infraestrutura produtiva

<table>
<tr><th colspan="2">EIXO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO</th></tr>
<tr><td colspan="2">Diretriz: Competitividade industrial e interiorização da infraestrutura produtiva</td></tr>
<tr><td colspan="2">Programas:
1. Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI)
2. Programa de Interiorização, modernização e ampliação da infraestrutura
3. Programa de Implantação de Infraestrutura Logística
4. Programa de Melhoria da Infraestrutura de Telecomunicações
5. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Petróleo
6. Programa de Expansão da Geração de Energia Renovável
7. Programa de Diversificação da Indústria Sergipana</td></tr>
<tr><td>Principais objetivos:
• Promover a interiorização da infraestrutura produtiva;
• Ampliar e diversificar a indústria sergipana;
• Aumentar a competitividade industrial;
• Gerar inovação;
• Desenvolver as cadeias produtivas com foco nas potencialidades locais;
• Melhorar a infraestrutura energética, logística e de telecomunicações para garantir a competitividade regional.</td><td>ODS:
7, 8, 9, 11, 12, 16 e 17</td></tr>
</table>

continuação

EIXO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO
Principais instituições envolvidas: • Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Sergipe (Sedetec); • Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe (Sefaz); • Federação das Indústrias do estado de Sergipe (FIES); • Companhia de Desenvolvimento Industrial de Sergipe (Codise); • Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano de Sergipe (Seinfra); • Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe (Seplag); • Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe (NEAPL/SE); • Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação (Emgetis); • Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe (Sebrae); • Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); • Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); • Academia: Universidades e Faculdades públicas e privadas; • Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); • Ministério de Minas e Energia (MME).

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

a. Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI)

O PSDI foi reconhecido nos processos participativos de construção do PDR Sergipe como uma estratégia central no desenvolvimento regional. Suas políticas de apoio a investimentos resultaram em importantes investimentos atraídos para o Estado, conformando novos distritos industriais e contribuindo para certa interiorização da infraestrutura produtiva. Outros investimentos estratégicos também são resultados dessa política, como o Projeto Implantação da Usina Termoelétrica Porto de Sergipe.

A principal demanda emergente em relação ao Programa está relacionada a mecanismos de monitoramento e avaliação de seus resultados, bem como inclusão de outros setores da indústria em seus critérios de incentivo. É fundamental que o PSDI contribua para o desenvolvimento das empresas locais, baseadas nas potencialidades de integração regional.

O PSDI é a principal estratégia de desenvolvimento da indústria conduzida pelo governo de Sergipe, podendo ter papel-chave no incentivo à inovação, no aumento da capilaridade da infraestrutura produtiva, na diversificação dos segmentos industriais e, por fim, na ampliação da indústria de transformação associada às atividades extrativas existentes no Estado, diante da disponibilidade de recursos naturais.

Quadro 17 - Projetos/Ações do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI)

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI)	Reestruturação do PSDI
	Projeto Implantação da Usina Termoelétrica Porto de Sergipe

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

b. Programa de Interiorização, modernização e ampliação da infraestrutura

Os principais objetivos da PNDR são a redução das desigualdades regionais e o desenvolvimento a partir das vocações territoriais. Em Sergipe, a concentração industrial é notável em torno da capital Aracaju, relegando as demais regiões do Estado a atividades primárias cuja integração com cadeias de valor com potencial de mudança da realidade local é reduzida.

A criação de distritos e núcleos industriais no interior do Estado, associada a uma política de atração de investimentos, foi identificada como um dos principais caminhos para promoção de melhorias nesse quadro. Certamente, essas ações devem ocorrer de forma articulada a outras atividades, sobretudo no que tange à formação de mão de obra local qualificada para atender à demanda desses centros.

A integração logística e energética, por meio do Projeto Implantação do Complexo Portuário-Industrial de Sergipe e do acesso ao gás natural e telecomunicação de qualidade nos municípios do interior do Estado, também é fundamental para ampliar o interesse entre potenciais novas indústrias.

Quadro 18 - Projetos/Ações do Programa de Interiorização, modernização e ampliação da infraestrutura

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Interiorização, modernização e ampliação da infraestrutura	Implantação da Política de Atração de Investimentos de Sergipe
	Projeto Implantação do Complexo Portuário-Industrial de Sergipe
	Projeto Interiorização da Infraestrutura Produtiva
	Projeto Núcleos Industriais
	Projeto Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT)

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

c. Programa de Implantação de Infraestrutura Logística

A rede logística é uma questão central para a melhoria da distribuição da indústria e das demais atividades econômicas no território sergipano, que ainda é considerado um Estado de acesso limitado no contexto nacional. O acesso por terra é limitado em função da qualidade das rodovias da região Nordeste como um todo e do sucateamento da infraestrutura ferroviária. O acesso marítimo e aéreo também encontra barreiras em função da capacidade limitada do porto e aeroporto existentes, ambos localizados em Aracaju.

Portanto, é fundamental que sejam feitos investimentos que promovam a maior integração e permitam a inserção mais eficiente da infraestrutura produtiva sergipana nas cadeias de valor regionais e nacionais.

Quadro 19 - Projetos/Ações do Programa de Implantação de Infraestrutura Logística

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Implantação de Infraestrutura Logística	Projeto Ampliação do Aeroporto de Aracaju
	Projeto Adequação de Estradas Vicinais
	Projeto Adequação de Estradas Estaduais

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

d. Programa de Melhoria da Infraestrutura de Telecomunicações

As telecomunicações foram identificadas como um dos principais gargalos para a integração e o desenvolvimento regional do estado de Sergipe. Alguns municípios ainda carecem de acesso qualificado de banda larga e inclusive o acesso à telefonia móvel é limitado em muitas regiões.

Além de limitar o acesso à Internet e aos serviços telefônicos, as deficiências ainda impedem uma série de inovações como sistemas inteligentes baseados na tecnologia da informação, como, por exemplo, na área de energia elétrica, o desenvolvimento de experimentos de *smart grids* (redes inteligentes); na área da saúde, a interligação, troca de informações e eficiência dos sistemas de atendimento em suas diversas instâncias; e na segurança, o melhor monitoramento e troca de informações para prevenção e apuração de delitos.

A Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação (Emgetis) tem papel fundamental nesse contexto, e está desenvolvendo ações para melhoria desse quadro.

Quadro 20 - Projetos/Ações do Programa de Melhoria da Infraestrutura de Telecomunicações

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Melhoria da Infraestrutura de Telecomunicações	Projeto Expansão da Banda Larga
	Projeto Expansão da Cobertura da Telefonia Móvel

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

e. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Petróleo

A indústria extrativo-mineral do petróleo e gás natural é a principal atividade industrial do estado de Sergipe, reconhecida como de grande importância estratégica nas oficinas participativas conduzidas no âmbito do PDR Sergipe. A produção sergipana é a quinta maior do Brasil, respondendo por 2% (dois por cento) da produção nacional.

O maior desafio da produção de petróleo em Sergipe diz respeito à possibilidade de agregar valor à produção. Atualmente, o Estado não conta com uma refinaria de petróleo, apenas uma unidade de processamento de gás natural. O APL de Petróleo, Gás e Fertilizantes tem como desafio aumentar a geração de riqueza a partir da exploração do recurso, bem como aumentar a quantidade de negócios a ele associado.

No longo prazo, porém, restrições ambientais podem limitar as atividades do setor, de forma que é fundamental que sejam incentivadas técnicas de produção sustentáveis e que sejam exploradas oportunidades de novos produtos em substituição ao petróleo e seus derivados.

Quadro 21- Projetos/Ações do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Petróleo

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Petróleo	APL de Petróleo, Gás e Fertilizantes
	Projeto Gás Natural

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

f. Programa de Expansão da Geração de Energia Renovável

O Brasil possui uma matriz energética com importante participação de fontes não fósseis, sobretudo a geração hidroelétrica. Entretanto, outras fontes de energia renovável de reduzidos impactos ambientais, tais como solar e eólica, têm tímida participação e recebem um volume de investimentos ainda desproporcional a seu potencial de contribuição para a segurança energética e o desenvolvimento econômico.

Em Sergipe, esse cenário não é muito diferente. A maior parte da energia elétrica gerada advém da Usina Hidrelétrica de Xingó, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

Durante o processo de construção participativa do PDR Sergipe, por vezes a ampliação das matrizes eólica e solar emergia como potenciais atividades geradoras de emprego e desenvolvimento. No caso da primeira, já existe um parque implantado e outros em fase de

projeto, diante do regime de ventos favorável no Estado. Outrossim, a energia solar apresenta enorme potencial de exploração em todo o Nordeste, e particularmente em Sergipe, onde os índices de radiação são elevados. O cenário de limitados incentivos e, consequentemente, poucos investimentos privados direcionados a esses segmentos é a principal barreira para aumento de sua participação.

Quadro 22 - Projetos/Ações do Programa de Expansão da Geração de Energia Renovável

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Expansão da Geração de Energia Renovável	Projeto Energia Solar
	Projeto Energia Eólica

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

g. Programa de Diversificação da Indústria Sergipana

A indústria sergipana vem, ao mesmo tempo, perdendo relevância na composição do PIB estadual e, ao mesmo tempo, aumentando sua concentração em setores em torno da cadeia do petróleo e gás. Esses elementos são ícones da baixa diversificação produtiva e das desigualdades regionais.

Portanto, uma estratégia de desenvolvimento da indústria deve passar pelo fomento de novas atividades nos diferentes territórios do Estado, segundo suas vocações. Um importante ponto de partida para isso é a estruturação dos APL já identificados no âmbito do NEAPL/SE, uma vez que o suporte às cadeias tem se mostrado insuficiente.

Isso se torna ainda mais importante quando observado que os territórios pelos quais esses APL estão dispostos coincidem com algumas das regiões mais pobres e carentes de atividades para geração de emprego e renda local: APL da Confecção e Artesanato de Bordado, no Sul e Centro Sul; APL da Cerâmica Vermelha, no Baixo São Francisco, Sul e Agreste Central; APL de Artefatos de Madeiras e Móveis, que além da Grande Aracaju engloba a região Centro Sul; e APL da Carroceria, no Agreste Central.

Quadro 23 - Projetos/Ações do Programa de Diversificação da Indústria Sergipana

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Diversificação da Indústria Sergipana	APL da Confecção e Artesanato de Bordado
	APL da Cerâmica Vermelha
	Elaboração do Plano de Desenvolvimento do APL de Artefatos de Madeiras e Móveis
	Elaboração do Plano de Desenvolvimento da Carroceria

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

3. Diretriz: Inovação e dinamismo econômico no setor de comércio e serviços

O setor de comércio e serviços responde pela maior parte do PIB estadual, bem como pela geração do maior número de empregos. É um setor cuja importância econômica vem crescendo ao longo dos últimos anos, com relevante participação do setor público, que chega a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total dos bens e serviços produzidos em Sergipe. Outro segmento fundamental para a economia local é o comércio atacadista e varejista, que responde por 10% (dez por cento) do PIB sergipano.

Além de sua importância na economia estadual, é um setor diretamente interligado às demais atividades, cujo desempenho e qualidade podem influenciar positiva ou negativamente a indústria e a agropecuária. Nesse sentido, uma estratégia de desenvolvimento para o Estado deve considerar as atividades comerciais e de prestação de serviços como um de seus eixos centrais de desenvolvimento econômico.

A inovação, nesse sentido, é um elemento que pode gerar grande valor para as atividades do setor e, indiretamente, para as atividades produtivas a que se prestam. Já existe, em Sergipe, um importante arcabouço de incentivo à inovação tecnológica, incluindo iniciativas de capacitação e fontes de financiamento, bem como um APL de Tecnologia da Informação estabelecido.

Os processos inovadores também podem dar-se na forma de organização da atividade econômica. A economia solidária, cujo conceito se pauta na autogestão, possuiu grande potencial, sobretudo para comunidades que encontram limitações para inserção nos fluxos econômicos tradicionais.

Quadro 24 - Principais informações da Diretriz Inovação e dinamismo econômico no setor de comércio e serviços

EIXO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	
Diretriz: Inovação e dinamismo econômico no setor de comércio e serviços	
Programas: 1. Programa de Fomento à Inovação Tecnológica 2. Programa de Valorização do Comércio baseado na Economia Solidária e Produção Local	
Principais objetivos: • Diversificar o setor de comércio e serviços sergipano; • Promover a inovação tecnológica; • Melhorar a eficiência do setor de comércio e serviços; • Valorizar a economia solidária como forma de organização dos fluxos econômicos; • Formalizar empresas e empregos.	**ODS:** 4, 8, 9, 16 e 17

continuação

EIXO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO
Principais instituições envolvidas: • Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Sergipe (Sedetec); • Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe (Sefaz); • Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do estado de Sergipe (Fecomércio); • Junta Comercial do estado de Sergipe (Jucese); • Agência Reguladora de Serviços Públicos de Sergipe (Agrese); • Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do estado de Sergipe (Fapitec); • Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação (Emgetis); • Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe (Seplag); • Secretaria de Estado da Mulher, Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos de Sergipe (Seidh); • Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); • Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe (Sebrae); • Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); • Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); • Academia: Universidades e Faculdades públicas e privadas.

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

a. Programa de Fomento à Inovação Tecnológica

O fomento à inovação tecnológica foi uma das principais demandas levantadas pelo setor de comércio e serviços durante o processo de elaboração do PDR Sergipe. O Estado já possui um sistema de incentivo à inovação tecnológica, que envolve o processo de construção de um parque tecnológico, um fundo de fomento, estímulos à pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

No território da Grande Aracaju, inclusive, foi identificado um APL de Tecnologia da Informação, com uma série de metas estabelecidas, que envolvem aumento das vendas, participação do setor privado e geração de emprego.

Quadro 25 - Projetos/Ações do Programa de Fomento à Inovação Tecnológica

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Fomento à Inovação Tecnológica	Projeto Sergipe Parque Tecnológico
	Fomento à inovação por meio do Fundação para a Investigação e Inovação Tecnológica (FIIT)
	Projeto Melhorias do Ambiente para a Inovação
	Projeto Pesquisa e Capacitação para a Inovação
	Projeto Parque de Verificação Metrológico do Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe (ITPS)
	APL de Tecnologia da Informação

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

b. Programa de Valorização do Comércio baseado na Economia Solidária e Produção Local

Diante da dificuldade de integração regional socioprodutiva de comunidades das regiões socialmente mais vulneráveis do Estado, a economia solidária surge como uma importante estratégia de organização econômica para melhoria das condições de vida nessas localidades.

Ao longo dos próximos anos, espera-se a definição de um marco legal para a expansão da economia solidária em Sergipe por meio da implantação de um plano específico com essa finalidade. Paralelamente, o incentivo às feiras locais e o suporte à qualificação profissional com esse foco são atividades que podem trazer resultados eficientes, sobretudo em atividades tradicionais ligadas à cultura local, como o artesanato.

Quadro 26 - Projetos/Ações do Programa de Valorização do Comércio baseado na Economia Solidária e Produção Local

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Valorização do Comércio baseado na Economia Solidária e Produção Local	Elaboração do Plano Estadual de Economia Solidária
	Projeto Feiras de Economia Solidária
	Projeto Formação e Qualificação em Economia Solidária
	Projeto Oficinas de Artesanato
	Projeto Formalização da Atividade Artesã

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

4. Diretriz: Turismo sustentável baseado na cultura e riqueza natural

O turismo é uma atividade econômica de grande importância no contexto do Nordeste brasileiro. Em Sergipe, embora tenha uma participação reduzida na composição do PIB estadual na atualidade, há diversas oportunidades a ele associadas.

Durante o processo de construção do PDR Sergipe, uma das etapas de construção participativa incluiu uma pesquisa *on-line*, de forma a viabilizar a participação de um número maior de cidadãos, complementando assim as oficinas regionais e entrevistas realizadas presencialmente. O resultado desse levantamento trouxe o setor turístico como aquele de maior potencial de contribuição para o desenvolvimento regional, sobrepondo-se à indústria, à agropecuária e à comercialização de bens e serviços.

A realização desse potencial passa por dois eixos principais de atuação. O primeiro deles é a estruturação da governança e levantamento do potencial turístico. O segundo diz respeito à expansão das atividades turísticas com base nos atrativos identificados, notadamente relacionados às belezas naturais e à riqueza da cultura regional.

Nesse contexto, tendo como eixos centrais a natureza e a cultura, é fundamental que o desenvolvimento do segmento se dê sobre bases sustentáveis, garantindo a manutenção dos atrativos turísticos no longo prazo, além de garantir melhoria da condição de vida das populações locais.

Essa diversidade pode propiciar as mais variadas experiências ao turista sem a necessidade de se deslocar a outros Estados. Por essa razão, é fundamental a integração entre roteiros e a capacitação dos profissionais envolvidos com o turismo no Estado, como elementos diferenciais da oferta local.

Sergipe ainda não conta com APL formalizados no segmento turístico, o que poderia contribuir para a consolidação da cadeia de atividades em torno de elementos comuns.

Quadro 27 - Principais Informações da Diretriz Turismo sustentável baseado na cultura e riqueza natural

EIXO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO
Diretriz: Turismo sustentável baseado na cultura e riqueza natural
Programas: 1. Programa de Estruturação da Atividade Turística 2. Programa de Comunicação e Suporte ao Turista 3. Programa de Expansão das Atividades Turísticas com Foco nas Potencialidades Naturais e Culturais do Estado 4. Implantar o corredor turístico do Litoral Norte e ampliar a infraestrutura dos principais roteiros turísticos

continuação

EIXO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	
Principais objetivos: • Valorizar as belezas naturais e riqueza cultural como eixos de desenvolvimento do turismo; • Adequar a infraestrutura de suporte ao turista; • Promover o Estado como importante destino turístico nos âmbitos regional e nacional; • Articular as diversas políticas públicas relacionadas à capacidade turística de Sergipe.	**ODS:** 5, 8, 11, 12, 14, 16 e 17
Principais instituições envolvidas: • Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte de Sergipe (Setesp); • Secretaria de Estado da Cultura de Sergipe (Secult); • Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe (Semarh); • Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Sergipe (Sedetec); • Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe (Seplag); • Empresa Sergipana de Turismo (Emsetur); • Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (Ihgse); • Ministério do Turismo (Mtur); • Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); • Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe (Sebrae); • Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); • Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); • Academia: Universidades e Faculdades públicas e privadas; • Prefeituras Municipais.	

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

a. Programa de Estruturação da Atividade Turística

A governança do segmento de turismo em Sergipe é uma questão estruturante para a melhoria do desempenho do setor em termos socioeconômicos, sem prejuízo da atualização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), articulada com o mapeamento do patrimônio material e imaterial, administrado de forma adequada e regido por um código de ética apropriado à visão de longo prazo para o setor.

A articulação entre a Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte (Setesp) e as diferentes Secretarias de Estado responsáveis por atividades relacionadas ao turismo também é questão central para o sucesso do setor.

Quadro 28 - Projetos/Ações do Programa de Estruturação da Atividade Turística

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Estruturação da Atividade Turística	Atualização e ampliação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) para todas as regiões do Estado
	Elaboração do Plano de Gestão de Equipamentos Turísticos
	Implementação de código de conduta ética no turismo de Sergipe, com foco na prevenção da exploração sexual
	Elaboração de Estudo de potencial turístico comunitário rural e de ecoturismo para o Estado
	Projeto Roteiro Histórico Intermunicipal

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

b. Programa de Comunicação e Suporte ao Turista

Os investimentos em comunicação e divulgação dos destinos e roteiros turísticos têm apresentado resultados favoráveis em diversos Estados do Nordeste brasileiro. Sergipe, até então, conta com uma inserção tímida em outras regiões do País em termos de atração de turistas.

As redes sociais e ferramentas digitais podem cumprir um importante papel na melhoria desse quadro. Recentemente, foi lançado o Aplicativo Descubra Sergipe, que visa facilitar o acesso a informações turísticas locais e a comunicação com o turista.

Tão importante quanto a comunicação para aumento do fluxo turístico, é a preparação para receber essa oferta turística de forma adequada. A existência de estrutura adequada para receber o turista em Aracaju, principal via de entrada dos turistas, bem como a melhoria da comunicação turística em todas as regiões do Estado são algumas das ações identificadas como prioritárias neste Programa.

Quadro 29 - Projetos/Ações do Programa de Comunicação e Suporte ao Turista

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Comunicação e Suporte ao Turista	Projeto Implantação de Sinalização Turística
	Projeto Implantação do Aplicativo Turismo Sergipe
	Projeto Divulgação do Turismo em Sergipe
	Projeto de Reforma do Centro de Turismo de Aracaju
	Projeto Capacitação para Atenção ao Turista

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

c. Programa de Expansão das Atividades Turísticas com Foco nas Potencialidades Naturais e Culturais do Estado

A qualificação da oferta turística é fundamental para a competitividade do setor no contexto regional. Esse processo deve abranger desde a capacitação profissional até a ampliação da capacidade de estruturas-chave para o turismo, como os meios de hospedagem e o Centro de Convenções estadual.

Considerando as belezas naturais e a cultura como eixos principais de desenvolvimento do turismo, faz-se necessária a adequada manutenção de monumentos, o cuidado com o meio ambiente e o resgate de manifestações culturais locais.

Quadro 30 - Projetos/Ações do Programa de Expansão das Atividades Turísticas com Foco nas Potencialidades Naturais e Culturais do Estado

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Expansão das Atividades Turísticas com Foco nas Potencialidades Naturais e Culturais do Estado	Projeto Qualificação dos Empreendimentos Turísticos
	Projeto Manutenção dos Monumentos Históricos e Resgate das Manifestações Culturais Locais
	Projeto Aumento da Oferta de Hospedagem
	Projeto Modernização do Centro de Convenções de Sergipe
	Projeto Implantação de Equipamentos Turístico-Culturais Praça da Ponta do Saco, Museu do Cangaço e Cidade Cenográfica
	Projeto Turismo na Escola

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

d. Implantar o corredor turístico do Litoral Norte e ampliar a infraestrutura dos principais roteiros turísticos

Com vistas à exploração das orlas marítima e fluvial de Sergipe, tidas como parte dos principais atrativos do Estado, alguns investimentos são demandados.

Já incluída no planejamento do Governo Estadual, a exploração da orla marítima se refere ao acesso ao corredor turístico norte, carente de investimentos de melhoria. Adicionalmente, nos próprios municípios, caracterizados por limitações de infraestrutura para receber o turismo, a necessidade de investimentos de qualificação da oferta de serviços. Essas atividades encontram-se contempladas no presente programa, cujos principais projetos já estão em curso.

Quadro 31 - Projetos/Ações de implantação do corredor turístico do Litoral Norte e ampliação da infraestrutura dos principais roteiros turísticos

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Implantar o corredor turístico do Litoral Norte e ampliar a infraestrutura dos principais roteiros turísticos	Projeto Construção das Orlas de Brejo Grande, Povoado Pontal (Indiaroba) e Povoado Crasto (Santa Luzia do Itanhy)
	Projeto Construção dos Atracadouros de Povoado Curralinho (Poço Redondo), Povoado Pontal (Indiaroba), São Cristóvão e Povoado Crasto (Santa Luzia do Itanhy)
	Projeto Corredor Turístico do Litoral Norte: Rodovia SE-100 Norte

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

C. Eixo Estruturante do Desenvolvimento

1. Diretriz: Garantia de direitos sociais básicos a toda a população de Sergipe

O estado de Sergipe apresentou uma grande evolução em seus níveis de desenvolvimento entre 2000 e 2010, com melhorias em um grande número de indicadores sociais, como alimentação, trabalho, saúde e educação. Em muitos desses indicadores, inclusive, o Estado passou a ocupar uma posição de destaque no contexto regional. Foi também registrada, neste período, uma redução nos níveis de desigualdade social, medida pelo Índice de Gini, porém, em menor intensidade em relação aos resultados absolutos. No decorrer desta década, também ocorreram importantes mudanças no perfil da população do Estado, com a continuidade do processo de urbanização e uma transição na estrutura etária.

Essas transformações trouxeram novos desafios a serem enfrentados pelas políticas públicas incidentes sobre o território. Primeiramente, o desafio de seguir evoluindo nas questões sociais. Embora custoso, é relativamente mais simples acabar com a extrema pobreza que promover um processo contínuo de inclusão social via geração de trabalho e renda. O IDH e os níveis de vulnerabilidade social de Sergipe ainda o colocam como uma região de baixo nível de desenvolvimento humano, e o Índice de Gini revela a persistência de amplas desigualdades sociais.

Adicionalmente, há situações nas quais não houve melhoria significativa ou que até apresentaram piora relativa, quando considerados os contextos regional e nacional. É o caso da segurança pública, por exemplo.

O enfrentamento desses desafios requer um complexo nível de articulação institucional e intersetorial, que pautou muitas das atividades que compuseram o processo participativo de construção do PDR Sergipe.

A garantia dos direitos sociais básicos estabelecidos na Constituição Federal de 1988 é uma questão central para viabilizar o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que é fundamental para que esse crescimento econômico ocorra de forma a promover a inclusão e redução das desigualdades sociais, por isso tratada no PDR Sergipe dentro do grupo de programas e projetos consolidados sob um eixo denominado estruturante.

Quadro 32 - Principais Informações da Diretriz Garantia de direitos sociais básicos a toda a população de Sergipe

<table>
<tr><th colspan="2">EIXO ESTRUTURANTE DO DESENVOLVIMENTO</th></tr>
<tr><td colspan="2">Diretriz: Garantia de direitos sociais básicos a toda a população de Sergipe</td></tr>
<tr><td colspan="2">Programas:
1. Programa Saúde
2. Programa Educação
3. Programa Habitação
4. Programa Cultura</td></tr>
<tr><td>Principais objetivos:
• Garantir condições dignas de vida a toda a população;
• Articular uma rede pública qualificada de serviços básicos;
• Reduzir a desigualdade social em suas diversas dimensões;
• Gerar oportunidades de desenvolvimento à população de baixa renda;
• Valorizar a cultura local e o saber popular.</td><td>ODS:
1, 2, 3, 4, 10, 11, 16 e 17</td></tr>
<tr><td colspan="2">Principais instituições envolvidas:
• Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe (SES);
• Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (Seed);
• Secretaria de Estado da Mulher, Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos de Sergipe (Seidh);
• Secretaria de Estado da Cultura de Sergipe (Secult);
• Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte de Sergipe (Setesp);
• Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe (Seplag);
• Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano de Sergipe (Seinfra);
• Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca de Sergipe (Seagri);
• Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), dos Direitos Humanos (MDH) e Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA);
• Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (Ihgse);
• Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene);
• Prefeituras Municipais.</td></tr>
</table>

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

a. Programa Saúde

A garantia de acesso gratuito ao sistema de saúde é um direito constitucional, instrumentalizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda assim, o País tem dificuldades em garantir qualidade e eficiência no atendimento aos cidadãos.

Particularmente em Sergipe, a despeito de uma melhora nas últimas décadas em indicadores como mortalidade infantil e expectativa de vida, esse desafio é agravado pelo número reduzido de médicos e de leitos, cuja disponibilidade em relação ao total da população apresenta índices consideravelmente inferiores àqueles recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Diante desse cenário, o Programa Saúde envolve uma ampla gama de atividades, que parte da capacitação de profissionais, passando pela melhoria do modelo de gestão e chegando à implantação de infraestrutura de atendimento básico e especializado.

Quadro 33 - Projetos/Ações do Programa Saúde

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa Saúde	Projeto de Desenvolvimento do Sistema de Informação Integrada da SES/SE
	Estruturação dos Centros de Especialidades do SUS em Propriá, Itabaiana, Lagarto, Aracaju (Conj. Augusto Franco) e Nossa Senhora do Socorro
	Projeto Parcerias para Modelo de Gestão Sustentável na atenção ambulatorial especializada
	Projeto de Atenção Integral à Saúde da Mulher
	Implantação da Central de Exames no Hospital de Urgência de Sergipe Governador João Alves Filho (Huse)
	Implantação de uma nova sede do Laboratório Central de Saúde (Lacen)
	Reforma da sede e modernização do parque tecnológico do Centro de Hemoterapia de Sergipe (Hemose)
	Projeto de Implantação do Hospital Especializado em Câncer "Governador Marcelo Deda Chagas"
	Projeto Parcerias para Modelos de Gestão Sustentáveis em atenção oncológica
	Projeto Construção e Adequação do IV Centro Especializado em Reabilitação (CER IV)

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

b. Programa Educação

O estado de Sergipe apresentou grande evolução na área da educação básica ao longo das últimas décadas, com tendência de continuidade, já que os níveis de alfabetização e de escolaridade da população mais jovem são muito superiores às gerações imediatamente anteriores.

Ainda assim, durante o processo de construção do PDR Sergipe, a educação e a capacitação profissional foram consensualmente elencados como a principal deficiência que impede o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades. Esse aparente paradoxo se justifica por duas questões. A primeira delas, de que a frequência escolar não implica, necessariamente, em qualidade de ensino e, nesse quesito, a despeito de uma evolução favorável nos últimos 15 (quinze) anos, os índices se mostram insatisfatórios em relação aos resultados nacionais. Em segundo lugar, deve-se ressaltar que a educação superior ainda tem índices de ingresso e conclusão muito inferiores, demonstrando a dificuldade de se promover a transição entre o ensino médio e a universidade. O ensino técnico apresenta-se como uma alternativa de grande potencial, demandando a expansão de vagas e maior democratização do acesso.

Por fim, a educação é de fato a principal estratégia de inclusão social e emancipação. A capacidade de atender a toda a população com uma educação de qualidade, equiparando os serviços nos meios urbano e rural, e de forma alinhada com as demandas dos diversos setores econômicos do Estado, serão elementos determinantes para o sucesso do desenvolvimento de Sergipe no médio e longo prazos.

Quadro 34 - Projetos/Ações do Programa Educação

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa Educação	Projeto Alfabetização de Adultos
	Projeto Alfabetização de Crianças
	Implantação do Programa Ensino Médio Integral
	Projeto Melhoria da Qualidade do Ensino Público
	Projeto Alimentação Escolar
	Projeto Formação Técnica e Profissionalizante Integrada
	Projeto Educação Profissional Presencial e a Distância para a população rural, indígena e quilombola
	Projeto Qualificação dos Trabalhadores Rurais do Programa Mão Amiga, em parceria com o Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)
	Projeto Construção e Modernização de Escolas Agrícolas

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

c. Programa Habitação

A moradia é um direito constitucional básico no Brasil, cujo cumprimento tem motivado uma série de políticas públicas em nível federal, a mais notável delas o Programa Minha Casa, Minha Vida. No âmbito estadual, esse déficit, seja em quantidade, seja em questões de adequação da moradia, também vem sendo enfrentado com ações específicas do governo de Sergipe.

O presente programa, destinado à população de baixa renda, pretende articular ações em torno do objetivo de eliminar o déficit habitacional para essa parcela da sociedade.

Quadro 35 - Projeto/Ação do Programa Habitação

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa Habitação	Projeto Unidades Habitacionais para a População de Baixa Renda

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

d. Programa Cultura

O Programa visa incentivar a cultura como elemento que valoriza o território e as manifestações tradicionais do povo sergipano. Além de fomentar o sentimento de pertencimento a um contexto territorial de grande importância, a cultura pode ser um elemento estruturante para aumentar as oportunidades de geração de emprego e renda, gerando inclusão social.

A economia criativa tem se apresentado como uma relevante estratégia de desenvolvimento das sociedades modernas. A diversidade cultural do Estado, nesse sentido, pode representar uma alternativa às atividades produtivas tradicionais, muitas delas cujas cadeias de valor vão perdendo espaço em função das novas tecnologias, das restrições ambientais e da perda de competitividade.

Quadro 36 - Projetos/Ações do Programa Cultura

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa Cultura	Projeto Visitação a Museus Sergipanos
	Projeto Valorização da Riqueza Cultural de Sergipe

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

2. Diretriz: Meio Ambiente resiliente e capaz de fornecer condições favoráveis ao desenvolvimento das gerações atual e futuras

Embora apresente a menor área total entre todas as Unidades Federativas (UF), observa-se certa diversificação de características ao longo do território sergipano em elementos como clima, vegetação, solo e disponibilidade de recursos naturais. Essa variabilidade, associada à ocupação do solo pelas atividades humanas e consequente alteração das dinâmicas ecossistêmicas regionais, torna a gestão ambiental uma questão central para planejar o desenvolvimento sustentável do estado de Sergipe.

Uma parcela considerável do Nordeste e particularmente de Sergipe é ocupada pelo semiárido brasileiro, cuja escassez hídrica limita a gama de atividades econômicas que podem ser realizadas com resultados satisfatórios. Isso é particularmente sensível em um contexto de limitados recursos para inovação e convivência com a seca, já que grande parte do semiárido é povoada por cidadãos de baixa renda que têm a agricultura familiar como sua principal ocupação. Cuidar da água é, portanto, um tema-chave para a gestão ambiental do Estado.

Concomitantemente, é fundamental que sejam desenvolvidas ações para a preservação da biodiversidade, que inclui a valorização dos remanescentes naturais dos biomas regionais, quase que em sua totalidade substituídos por atividades agropecuárias, e considerar a recuperação de áreas de grande relevância para garantir a provisão de serviços ecossistêmicos, dentre os quais a disponibilidade hídrica se insere.

Por fim, o meio ambiente urbano deve ser olhado com especial atenção. O intenso processo de urbanização não planejado resulta em geração de resíduos sólidos, esgoto e poluição atmosférica em níveis para os quais a infraestrutura urbana e o meio ambiente não possuem capacidade de absorção. São necessários investimentos na redução e tratamento dos resíduos em todas as suas formas, a fim de tornar o ambiente urbano mais salubre e sustentável.

Quadro 37- Principais Informações da Diretriz Meio Ambiente resiliente e capaz de fornecer condições favoráveis ao desenvolvimento das gerações atual e futuras

<table>
<tr><th colspan="2">EIXO ESTRUTURANTE DO DESENVOLVIMENTO</th></tr>
<tr><td colspan="2">Diretriz: Meio Ambiente resiliente e capaz de fornecer condições favoráveis ao desenvolvimento das gerações atual e futuras</td></tr>
<tr><td colspan="2">Programas:
1. Programa de Estruturação de Planos Estaduais Ambientais
2. Programa de Abastecimento de Água e Coleta de Esgoto
3. Programa de Tratamento e Destinação dos Resíduos Sólidos
4. Programa de Ampliação das Unidades de Conservação e Proteção aos Ecossistemas</td></tr>
<tr><td>Principais objetivos:
• Consolidar um sistema de gestão ambiental estadual;
• Garantir o uso sustentável dos recursos naturais;
• Preservar os serviços ecossistêmicos no Estado;
• Assegurar a disposição adequada de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, segundo a capacidade de carga do meio ambiente local.</td><td>ODS:
6, 11, 13, 14, 15, 16 e 17</td></tr>
</table>

continuação

EIXO ESTRUTURANTE DO DESENVOLVIMENTO
Principais instituições envolvidas: • Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe (Semarh); • Administração Estadual do Meio Ambiente de Sergipe (Adema); • Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag); • Ministério do Meio Ambiente (MMA); • Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); • Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano de Sergipe (Seinfra); • Prefeituras Municipais.

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

a. Programa de Estruturação de Planos Estaduais Ambientais

A definição da estratégia de gestão ambiental é componente fundamental na elaboração de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. No caso de Sergipe, fica evidente a necessidade, em nível estadual, de políticas públicas que possam nortear o comportamento de agentes públicos e privados, de forma alinhada com as políticas existentes em nível federal.

Sendo a seca o principal limitante ambiental ao desenvolvimento identificado pela sociedade sergipana no processo de construção do PDR Sergipe, faz-se necessária a construção de uma estratégia que permita a convivência com as condições naturais do semiárido e que impeça o avanço de processos de intensificação da desertificação, como resultado das mudanças climáticas. Assim, no âmbito da governança estadual, a implantação do Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, articulado com ações de preservação dos ecossistemas, foi definida como uma estratégia de grande potencial.

Como complemento ao arcabouço legal estadual, prevê-se a implantação do Plano Estadual de Educação Ambiental e da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Quadro 38 - Projetos/Ações do Programa de Estruturação de Planos Estaduais Ambientais

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Estruturação de Planos Estaduais Ambientais	Elaboração do Plano Estadual de Educação Ambiental
	Implantação do Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca com a elaboração e implantação dos planos municipais
	Elaboração e implantação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

b. Programa de Abastecimento de Água e Coleta de Esgoto

O Brasil enfrenta um grande desafio de promover a universalização do abastecimento de água e da coleta de esgoto. Há evidências de que a ausência de infraestrutura de saneamento básico adequada é responsável pela má-formação física e educacional de crianças, entre outros problemas de cunho social e ambiental a ela relacionados.

Em Sergipe, enquanto cerca de 85% (oitenta e cinco por cento) da população é atendida pelo abastecimento de água, a coleta de esgoto restringe-se a cerca de 15% (quinze por cento) nos municípios atendidos pela principal empresa de saneamento local, e menos de um quarto da água coletada é tratada. Esse panorama é complementado com o mais alto índice de perdas no abastecimento de água tratada do Nordeste brasileiro, e o 3º pior do País[19].

Evidencia-se, portanto, a necessidade de investimentos massivos em infraestrutura do setor, de forma a garantir o direito humano básico de acesso à água e ao saneamento básico, conforme estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Quadro 39 - Projetos/Ações do Programa de Abastecimento de Água e Coleta de Esgoto

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Abastecimento de Água e Coleta de Esgoto	Projeto Universalização do Abastecimento de Água
	Projeto Redução de Perdas na rede de distribuição da Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso)
	Projeto Implantação de Sistemas de Dessalinizadores para abastecimento de pequenas comunidades
	Elevar o Índice de Cobertura da Coleta de Esgoto

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

c. Programa de Tratamento e Destinação dos Resíduos Sólidos

A gestão de resíduos sólidos em Sergipe representa um dos principais desafios a serem enfrentados pelo governo e sociedade, sobretudo no meio urbano. Embora quase 90% (noventa por cento) do lixo gerado seja coletado, menos de 50% (cinquenta por cento) do volume recolhido é enviado a aterros sanitários e apenas uma parcela ínfima é destinada à reciclagem.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) determinou prazos para adequação dos serviços, em geral não cumpridos por Estados e Municípios. Em 2015, sob coordenação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), Sergipe aprovou seu Plano Estadual de Resíduos Sólidos, promovendo um grande avanço no tema. Ainda assim, os resultados práticos são poucos, demandando envolvimento intersetorial e investimentos para consecução das principais metas estabelecidas, sobretudo no que tange à eliminação dos lixões, expansão da coleta seletiva e aumento das unidades de compostagem.

19 Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/perdas-de-agua/Relatorio-Perdas-2013.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2017.

Quadro 40 - Projetos/Ações do Programa de Tratamento e Destinação dos Resíduos Sólidos

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Tratamento e Destinação dos Resíduos Sólidos	Projeto de Substituição dos Lixões por Aterros Sanitários
	Projeto de Expansão da Coleta Seletiva

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

d. Programa de Ampliação das Unidades de Conservação e Proteção aos Ecossistemas

O Programa ora apresentado prevê uma série de ações integradas para garantir a proteção dos ecossistemas sergipanos, que envolvem desde a valorização das unidades de conservação e recuperação da vegetação nativa, até mecanismos como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), a implantação de unidades demonstrativas envolvendo práticas inovadoras e a conclusão do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para todas as propriedades do Estado.

Essas ações, se colocadas em prática de forma integrada, apresentam enorme potencial de conciliar a preservação ambiental com a geração de renda para famílias rurais, além de promover um nível de transparência sobre o uso e ocupação do solo que permite acesso a financiamentos e a outras políticas públicas que tenham como critérios o cumprimento das principais políticas públicas ambientais em nível federal, como o Código Florestal e a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

Quadro 41 - Projetos/Ações do Programa de Ampliação das UC e Proteção aos Ecossistemas

PROGRAMA	PROJETOS / AÇÕES
Programa de Ampliação das Unidades de Conservação e Proteção aos Ecossistemas	Criar Unidades de Conservação da Natureza no Estado
	Projeto de Gestão das Unidades de Conservação
	Projeto de Monitoramento e Combate ao Desmatamento
	Implantação de Unidades de Referência com diferentes ações demonstrativas em Assentamentos/Comunidades das Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD)
	Implementação de lei que regularize e regulamente o sistema de pagamento por serviços ambientais (PSA)
	Projeto Recuperação de Áreas de APP em Sub-bacias Hidrográficas dos rios Sergipe e Piauí
	Projeto Implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

Quadro 42 - Visão de futuro, Objetivo estratégico, Eixos, Diretrizes e Programas

VISÃO DE FUTURO

Em uma década, espera-se que Sergipe consolide uma estratégia de desenvolvimento social e ambientalmente sustentável aderente às potencialidades dos 8 (oito) territórios do planejamento, experimentando uma trajetória de redução das desigualdades sociais e de crescimento econômico inclusivo.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover o desenvolvimento do estado de Sergipe a partir de suas potencialidades, com base em políticas públicas de desenvolvimento regional voltadas para a redução das desigualdades sociais e a inclusão produtiva, em sintonia com os ODS adotados pelo Brasil no âmbito da ONU, garantindo que os pilares social, econômico e ambiental interajam para garantir a melhoria das condições de vida da população sergipana no longo prazo.

Eixo de Desenvolvimento Produtivo	**Diretriz:** Turismo sustentável baseado na cultura e riqueza natural	**Programas:** 1. Programa de Estruturação da Atividade Turística 2. Programa de Comunicação e Suporte ao Turista 3. Programa de Expansão das Atividades Turísticas com Foco nas Potencialidades Naturais e Culturais do Estado 4. Implantar o corredor turístico do litoral Norte e ampliar a infraestrutura dos principais roteiros turísticos	**Eixo Estruturante do Desenvolvimento**		**Eixo de Desenvolvimento Institucional**
	Diretriz: Inovação e dinamismo econômico no setor de comércio e serviços	**Programas:** 1. Programa de Fomento à Inovação Tecnológica 2. Programa de valorização do Comércio baseado na Economia Solidária e Produção local	**Diretriz:** Garantia de direitos sociais básicos a toda a população de Sergipe **Programas:** 1. Programa Saúde 2. Programa Educação 3. Programa Habitação 4. Programa Cultura	**Diretriz:** Meio Ambiente resiliente e capaz de fornecer condições favoráveis ao desenvolvimento das gerações atual e futuras **Programas:** 1. Programa de Estruturação de Planos Estaduais Ambientais 2. Programa de Abastecimento de água e Coleta de Esgoto 3. Programa de Tratamento e Destinação dos Resíduos Sólidos 4. Programa de Ampliação das unidades de Conservação e Proteção aos Ecossistemas	**Diretriz:** Estruturação de Instrumentos de Gestão Territorial **Programas:** 1. Implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado de Sergipe (ZEE-SE) 2. Programa de Desenvolvimento de APL no Estado
	Diretriz: Competitividade industrial e interiorização da infraestrutura produtiva	**Programas:** 1. Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI) 2. Programa de Interiorização, modernização e ampliação da infraestrutura 3. Programa de Implantação de Infraestrutura logística 4. Programa de Melhoria da Infraestrutura de Telecomunicações 5. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Petróleo 6. Programa de Expansão da Geração de Energia Renovável 7. Programa de Diversificação da Indústria Sergipana			
	Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável com foco nas potencialidades territoriais	**Programas:** 1. Programa de Apoio à Agricultura Familiar 2. Programa de Apoio à Produção Agroecológica Orgânica 3. Programa de Apoio à Agricultura Familiar Irrigada 4. Programa Estadual de Defesa Agropecuária 5. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Aquicultura 6. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Mandiocultura 7. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura 8. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Pecuária leiteira 9. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Apicultura 10. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Fruticultura 11. Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Rizicultura			

Fonte: Elaboração própria IABS

X. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS E RELAÇÃO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030, como ficou conhecida, foi construída a partir dos resultados da Rio+20[20] e representa a continuidade dos esforços empreendidos entre os anos de 2000 e 2015 por meio dos 8 (oito) Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM)[21].

A Agenda é constituída por 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desdobrados em 169 (cento e sessenta e nove) metas, por sua vez acompanhadas de indicadores para monitoramento de sua implementação. Os compromissos têm como um de seus pontos centrais não deixar ninguém para trás ("Leave No One Behind"[22]) nos temas pertinentes ao desenvolvimento, com foco em 5 (cinco) dimensões: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias.

Figura 9 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: ONU[23]

No âmbito federal, a estratégia de implementação da Agenda 2030 envolve a formação de uma Comissão Nacional, com representantes da sociedade civil e do Poder Executivo, contando ainda com a contribuição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Essa Comissão ficará responsável pelo refinamento da estratégia do Brasil em relação aos ODS, envolvendo temas como seu alinhamento com os Planos Plurianuais (PPA) do Governo Federal, entre outras iniciativas. O IBGE, por sua vez, tem cumprido importante papel como um dos líderes da discussão global sobre os indicadores que medirão o avanço em cada uma das metas dentro dos ODS.

20 Disponível em:<http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>.Acesso em: 10 abr. 2017.
21 Disponível em:<https://nacoesunidas.org/tema/odm/>.Acesso em: 10 abr. 2017.
22 Disponível em:<http://action4sd.org/leavenoonebehind/>.Acesso em: 6 abr. 2017.
23 Disponível em:<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.Acesso em: 10 abr. 2017.

Após esse primeiro momento de estruturação de uma governança global e nacional em torno dos ODS, a efetiva implantação dos objetivos passará, necessariamente, por uma "localização" das metas, entendida como "o processo de levar em consideração os contextos subnacionais na realização da Agenda 2030, desde o estabelecimento de objetivos e metas até a determinação dos meios de implementação, bem como o uso de indicadores para medir e acompanhar o progresso"[24]. Os governos regionais e locais têm, nesse contexto, um papel central, sobretudo na garantia de direitos básicos e capilaridade das ações.

O desenvolvimento territorial integrado, inclusivo e sustentável no âmbito subnacional é, portanto, uma das principais estratégias que podem contribuir para a realização das metas estabelecidas pelos ODS. A semelhança em relação aos princípios estabelecidos na PNDR evidencia a convergência entre essas agendas.

Assim, nas informações apresentadas procurou-se evidenciar como as diretrizes, programas e projetos acordados no processo de construção do PDR Sergipe podem ser a base para a regionalização dos ODS, sem a necessidade de um completo replanejamento das ações.

O documento contendo a relação detalhada entre as diretrizes, os programas e os projetos/ações do PDR Sergipe e os ODS pode ser acessado no CD que acompanha esse Plano ou na base de dados *on-line* acessível por meio do *QR Code* que se encontra na Introdução.

24 Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/ODS/undp-br-roteiro-localizacao-objetivos-desenvolvimento-2017.pdf?download>. Acesso em: 10 abr. 2017.

Torre Eólica
Foto: Governo do Estado de Sergipe

PARTE IV

MODELO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO PDR SERGIPE

XI. PROPOSTA DE MODELO DE GESTÃO DO PLANO

A construção do PDR Sergipe e os esforços de implementação de suas diretrizes e programas priorizados demandam procedimentos e ferramentas de gestão que possam monitorar, avaliar e retroalimentar suas ações e resultados.

Apesar dos grandes desafios da PNDR e do contexto de Sergipe, este modelo de gestão deve estar baseado em conceitos de simplicidade, efetividade e transparência.

Nesse sentido, este modelo de gestão deve considerar outros esforços e planos existentes no Estado; as possibilidades e limites do Governo do estado de Sergipe como gestor e responsável principal pela sua execução; a apropriação e envolvimento da sociedade local; e a soma de esforços em um conceito mais amplo de rede que considere possibilidades e estratégias de diversos atores neste processo.

A seguir, são apresentados alguns conceitos, procedimento e estratégias para o modelo de gestão do Plano.

A. Princípios e conceitos do modelo de gestão do PDR Sergipe

O Modelo de Gestão do Plano de Desenvolvimento Regional do estado de Sergipe deve considerar diversos princípios e conceitos norteadores de sua proposição. Entre eles, foram considerados como principais para construção do modelo de gestão do PDR Sergipe:

PDR Sergipe como instrumento dinâmico de planejamento – o modelo de gestão deve ter como conceito-base que o plano não pode ser estático como instrumento de planejamento. Nesse sentido, devem ser consideradas demandas e necessidades de revisões, realinhamento e replanejamento contínuo e estratégico de suas ações executivas e metas;

PDR Sergipe é complexo e demanda esforços múltiplos – para viabilidade e efetividade da execução do PDR Sergipe é necessário considerar os grandes desafios para o desenvolvimento regional do Estado. Além das limitações de recursos institucionais e a complexidade das demandas e anseios da sociedade local, as especificidades e magnitude das ações propostas demandam uma estratégia de integração institucional em um conceito de rede local e regional;

O PDR Sergipe deve ser entendido de forma matricial – o modelo de gestão do PDR Sergipe deve considerar a estrutura matricial de seus programas e projetos, considerando os eixos descritos na metodologia de construção deste PDR. Nesse sentido, é necessário que as ações de monitoramento e avaliação considerem essa integração de atividades em seu conjunto estratégico, seja na coleta de dados e informações que validam as metas e indicadores, ou na própria avaliação e tomada de decisão;

O PDR Sergipe deve ser incorporado nas instituições e apropriado pela sociedade – as diversas instituições públicas, privadas e do terceiro setor que promovem o desenvolvimento regional do Estado devem ter conhecimento e envolvimento no Plano e nas suas ações. O modelo de gestão deve considerar espaços públicos de interação institucional e de controle social que promovam essa interação e apropriação;

O PDR Sergipe deve considerar outros planos e programas de desenvolvimento no Estado – diversas ações e esforços de planejamento e programas para o desenvolvimento do Estado já foram realizados e estão sendo implementados. Muitos desses esforços contaram com a participação da sociedade e de lideranças vinculados aos temas e setores-alvo dessas ações de planejamento. Nesse sentido, além da importância dada a esses planos para a construção do PDR Sergipe, a sua dinâmica de gestão e de execução deve ser considerada para o modelo de gestão proposto no PDR Sergipe;

O PDR Sergipe deve estar alinhado a outras ações e políticas regionais, nacionais e internacionais – o desenvolvimento regional do Estado deve ser planejado e executado considerando um escopo regional e nacional de outros programas e políticas no qual está inserido. Também deve considerar os programas e outras possibilidades de desenvolvimento setoriais alinhadas aos conceitos de desenvolvimento regional e princípios e objetivos em busca da sustentabilidade, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e outros compromissos firmados pelo País. Para tanto, o modelo de gestão deve considerar essas diretrizes e prever esses espaços de interação e identificação de oportunidades;

O PDR Sergipe demanda uma gestão de informações contínua, transparente e de qualidade – o acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução do Plano, seus resultados e efetividade devem ser baseados nas melhores informações possíveis para a tomada de decisões. A geração e análise dessas informações demandam um esforço observatório que deve ser priorizado no modelo de gestão para o Plano.

B. Objetivos norteadores do modelo de gestão do PDR Sergipe

Os principais objetivos norteadores para construção do modelo de gestão do PDR Sergipe são:

Monitorar os avanços e resultados – o PDR Sergipe deve ser monitorado em seus avanços e resultados ao longo de sua implementação e execução. Esse monitoramento tem como foco a avaliação de sua efetividade, seja em processos ou impacto nos seus objetivos; revisão de prioridades e oportunidades; atualização de projetos, ações e metas; e replanejamento periódico;

Dar transparência e promover um controle social – o modelo de gestão deve propor procedimentos e espaços de interação que promovam o envolvimento e controle social de forma transparente, participativa e acessível. Estratégias e procedimentos de mobilização social, setorial e regional devem ser considerados no modelo de gestão, como forma de ampliar o envolvimento e a apropriação da sociedade ao PDR Sergipe;

Integrar ações (execução) e somar esforços institucionais – a integração de ações entre as diversas Secretarias do governo do Estado, prefeituras, órgãos do Governo Federal e instituições regionais devem ser alinhadas com projetos e atividades do setor privado e da sociedade civil organizada. Essa integração é prevista no modelo de gestão do PDR Sergipe e busca evitar duplicidade de ações; maximizar esforços e recursos; construir arranjos institucionais e redes colaborativas e complementares; e facilitar a comunicação com a sociedade.

Figura 10 - Objetivos do Modelo de Gestão do PDR Sergipe

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

C. Procedimentos do modelo de gestão

1. Fluxo do modelo de gestão

A gestão do PDR Sergipe deve ser pensada e estabelecida como um processo contínuo e retroalimentável ao longo da sua construção e realização. A criação de um sistema de monitoramento – específico ou integrado a outros planos – é fundamental para sua efetivação.

Nesse caso, o fluxo do modelo de gestão deve seguir as etapas da figura abaixo, considerando um formato circular do processo, com análises sistemáticas e revisões periódicas.

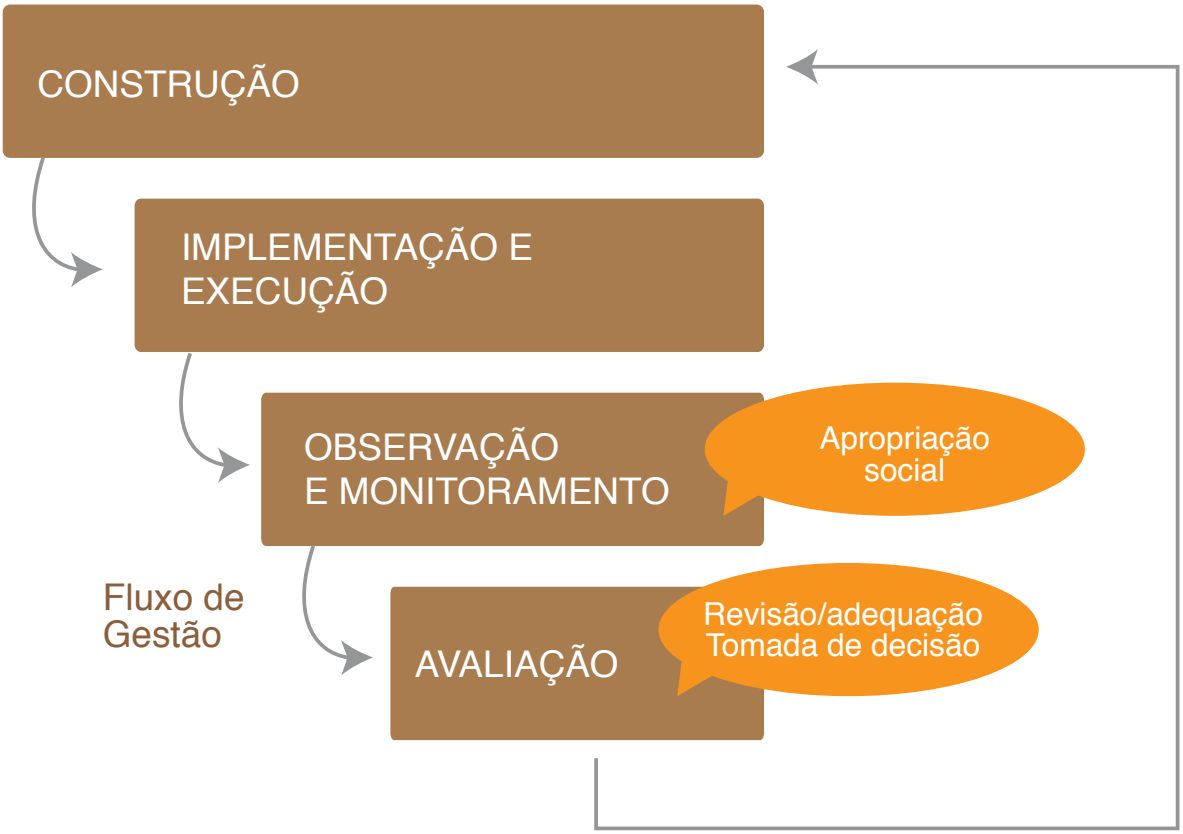

Figura 11 - Fluxo de Gestão do PDR Sergipe

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

2. Convergência de ações e planos

No caso do estado de Sergipe, outras ações de planejamento participativo e setoriais foram realizadas com a construção de diversos planos que estão em execução ou em fase de implantação. Apesar de suas especificidades quanto aos objetivos de desenvolvimento e processo de construção, alguns desses planos possuem estruturas de gestão vigentes e que demandam esforços do Governo do Estado para seu monitoramento, execução, avaliação e replanejamento.

Entre eles, citamos o Plano Plurianual (PPA) do estado de Sergipe; o Planejamento Estratégico do Governo 2015–2018; e diversos outros planos ou políticas setoriais como a Política de Desenvolvimento Industrial de Sergipe ou o Projeto Dom Távora, que em sua diversidade são determinantes para alcançar os objetivos de desenvolvimento sergipano.

Também devem ser consideradas as regiões de planejamento do Estado, visto o objetivo da PNDR de promover um equilíbrio no crescimento e desenvolvimento no Estado como um todo. Essas divisões regionais estratégicas geram um processo mais amplo de mobilização e podem ser a base de interação social de forma mais capilarizada e efetiva nas avaliações e revisões do PDR Sergipe. Por outro lado, outros cortes administrativos previstos apenas para a execução e gestão do PDR podem dividir os esforços e dificultar o entendimento social dessas ações de intervenção que buscam objetivos convergentes.

Igualmente devem ser considerados os diversos fóruns e espaços de debates existentes no Estado, sejam setoriais ou microrregionais, como forma de integrar a estes esforços de mobilização e organização existentes.

Como sugestão ao modelo de gestão do PDR Sergipe, sugere-se a integração de suas diretrizes, indicadores e metas no processo de gestão do PPA, por ser um plano estruturado para ser implementado ao longo dos anos no Estado; pelo seu processo participativo de construção; e por já possuir estrutura executiva de gestão associada ao Governo do estado de Sergipe.

3. Observatório do PDR Sergipe

O Observatório do PDR Sergipe é fundamental para a sua gestão. Esse Observatório deve acompanhar e avaliar as informações executivas e a efetividade de suas ações e resultados de forma sistêmica e interativa, além de alinhar outras avaliações que extrapolam o escopo de suas diretrizes e a escala estadual do Plano.

Por outro lado, esse Observatório não deve direcionar todos os seus esforços apenas para a validação de indicadores de processo, baseados na execução física das ações e atividades previstas no Plano, como, por exemplo, a realização de 'x' seminários ou a construção de 'x' escolas. Apesar de importantes e necessários para comprovação do esforço realizado, esses indicadores não determinam a efetividade dessas atividades nos objetivos almejados. Nesse sentido, esse observatório deve construir procedimentos e metodologias que possibilitem a análise de indicadores de resultado ou impacto com a realização dessas atividades, projetos e programas.

Também é importante atentar que essas análises devem incorporar as diversas variáveis que influenciaram a sua efetivação. Na maioria das vezes, o impacto na sociedade se deve por um conjunto convergente de ações e conjuntura, não sendo diretamente limitado a uma ação específica.

Sugere-se que esse observatório seja permanente, com atividades definidas e resultados pré-determinados no tempo e no escopo. Entretanto, deve-se prever uma escala temporal de análise que seja suficiente para a avaliação de resultados e para a tomada de decisões. No caso do PDR Sergipe, sugere-se um conjunto de relatórios e informações organizadas e analisadas a cada ano, mesmo considerando o esforço necessário para monitorar os indicadores de processo e de impacto de forma concomitante.

O método previsto para coleta e análise dos dados e informações necessárias deve basear-se em processos de consulta e levantamento de dados secundários em fontes oficiais, estudos e outras fontes disponíveis e que sejam fidedignas; coleta de dados primários, principalmente daqueles que não estejam disponíveis, por setores e regiões de análise; e processos participativos e de consultas à sociedade em geral, atores e lideranças regionais e setoriais e reunião de especialistas.

Para sua viabilização, principalmente dos dados primários e informações qualitativas, esse Observatório deve considerar a possibilidade de contratar consultorias especializadas a partir de termos de referência preestabelecidos e com detalhamento suficiente para promover a continuidade e comparação em série histórica dos resultados.

Outra forma de viabilização é a execução direta desse Observatório em núcleos internos do governo. Nesse caso, secretarias estruturadas para esse fim ou uma comissão de técnicos das diversas secretarias do Estado coordenadas por um núcleo formalmente estabelecido são soluções viáveis e até recomendáveis. Deve-se considerar a necessidade de treinamento e capacitações específicas desses técnicos; a definição a priori de orçamento para a realização dessas ações; e a construção de ferramentas de apoio como sistemas de gestão apropriados. Por outro lado, o risco de descontinuidade é elevado, dada a frequência das mudanças no quadro técnico e de governantes ao longo do processo.

Essa estrutura, associada a um escritório de projetos do governo e recursos para consultorias específicas, seria o cenário ideal desse Observatório.

Por fim, esse Observatório estruturado possuirá as condições necessárias para conduzir os processos de revisão e adequação do Plano, apoiando nas ações de planejamento e nas tomadas de decisões necessárias para efetivação dos diversos objetivos previstos no PDR Sergipe, bem como para alinhamento com as diversas diretrizes e macroestratégias dos diversos planos do Estado; PNDR e outras políticas setoriais; e com diretrizes e recomendações de compromissos assumidos pelo País como os ODS.

Figura 12 - Proposta de Modelo de Gestão do PDR Sergipe

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

D. Etapas necessárias para implementação do Plano e do modelo de gestão

Etapa 1: Construção e operacionalização do PDR Sergipe

- Construção técnico-participativa que expressa as demandas, estratégias de desenvolvimento, vocações, necessidades e anseios do Estado;

- Principais diretrizes, programas e ações (definições participativas e técnicas);

- Detalhamento do Plano – carteira de projetos – transformar as ações e atividades em projetos – pode ser realizado por consultorias especializadas ou pela construção e formatação de estrutura de escritório de projetos vinculado ao governo do Estado e ao Observatório do PDR Sergipe.

Etapa 2: Reunião de construção de parcerias e arranjo institucional

- Construir a matriz de acompanhamento de ações e atividades com responsáveis, apoios e questões de execução;

- Identificar com cada parceiro – ações previstas ou em execução;

- Identificar possíveis fontes de apoio e financiamento;

- Maximizar esforços institucionais e reduzir duplicidades;

- Alinhamento entre secretarias internas – criação de procedimentos de integração de ações considerando a estratégia matricial do Plano e seus eixos de desenvolvimento, estruturante e regional, de forma a propiciar a realização de ações conjuntas e esforços integrados;

- Pactuar responsabilidades com os demais atores com atuação local – podem ser realizadas ações bilaterais de planejamento e negociação para posterior integração à matriz de arranjo institucional do Plano; ou realizar seminários e oficinas de trabalho conjunto com técnicos e representantes dessas instituições que podem apoiar e promover o desenvolvimento regional do Estado:

- Reuniões anuais ou bianuais;
- Coordenação e mobilização do Estado com apoio da SDR/MI e da Sudene;
- Nível de participantes – técnico decisório;
- Ações anteriores de articulação e levantamento de possibilidade (procedimentos preestabelecidos).

Etapa 3: Espaços públicos de participação e controle social e comunicação do Plano

- Espaços virtuais de interação social, como portal aberto ao público e número direto de telefone para o processo – nesses casos, essas ferramentas devem ser de fácil acesso e amplamente divulgadas pelo Observatório e visam:

- atualizações do PDR Sergipe;
- agenda de atividades;
- informe de ações e atividades;
- espaço para críticas e sugestões.

- Oficinas periódicas de controle social – considerando a metodologia participativa de construção do Plano e o processo de mobilização realizado. Essas oficinas devem considerar:

- Período semestral;
- Público e mobilização da oficina final de validação do Plano;
- Relatórios e registros técnicos;
- Novos atores;
- Apresentação de informações e resultados;
- Espaços de revisão e replanejamento de ações e prioridades.

- Também devem ser consideradas estratégias contínuas e efetivas de comunicação e divulgação do PDR Sergipe e de seus resultados. Essa ação visa a um maior envolvimento e empoderamento da sociedade, bem como uma melhor interlocução com as instituições promotoras do desenvolvimento regional de Sergipe. Sugere-se que esse plano de comunicação seja dedicado e direcionado apenas para o PDR Sergipe para evitar interpretações e questionamentos partidários e interesses não coletivos. Informes anuais, a partir das observações servem como registro; transparência; e difusão das ações realizadas.

Etapa 4: Observações periódicas

- A partir do Observatório estabelecido e conforme as descrições propostas na Etapa 3 (três) anterior, essas observações devem considerar o horizonte temporal de quatro anos para a revisão do PDR Sergipe e o período anual para coleta e análise de dados e informações.

- Observação (2018, 2019 e 2010) – a partir do Observatório do PDR Sergipe.

Etapa 5: Controle interno

As diversas secretarias envolvidas e o possível Observatório do PDR Sergipe criado devem ter procedimentos estabelecidos de avaliação técnica e gerencial da execução e efetividade do PDR Sergipe de forma sistemática e periódica. Essa integração de técnicos e decisores dessas estruturas do governo é necessária para alinhamento de atividades e avaliação e correção de rumos, bem como para identificar fragilidades e potencialidades ao longo do processo.

Esse controle deve ser dividido nos níveis estratégico-tático e operacional.

- No nível estratégico-tático, sugere-se um coletivo (comitê gestor) com os representantes principais de cada órgão e secretaria do estado, sob coordenação da Casa Civil do Governo Estadual ou da secretaria responsável pelo Observatório do PDR Sergipe.

  - É necessário que os membros desse Comitê sejam técnicos e gestores devidamente designados com acesso às informações necessárias e poder decisório.

  - Essas reuniões podem ser semestrais e devem estar associadas a outras atividades de gestão do PDR Sergipe como o controle social e as observações anuais.

  - Sugere-se, ainda, a participação da SDR/MI e da Sudene como observadores do processo e da tomada de decisões.

- No nível operacional, sugere-se um coletivo (câmara técnica) formado por técnicos desses órgãos que possam fazer a avaliação e acompanhamento direto, principalmente dos indicadores de processos. Esse coletivo pode estar sob a coordenação do Observatório do PDR Sergipe ou da secretaria responsável pelo modelo de gestão do PDR Sergipe.

  - As reuniões devem ser trimestrais e devem considerar a integração com outros planos e políticas, bem como as próprias ações setoriais e de responsabilidade de cada órgão participante.

XII. PROPOSTA DE FLUXO DE INFORMAÇÕES

A efetividade na execução dos programas exige acompanhamento sistemático e contínuo. Um monitoramento periódico permite corrigir desvios e manter um alinhamento com a PNDR, com o Planejamento Estratégico do Governo 2015–2018 e com a macroestratégia definida para o Estado. Como esse Plano envolve diversos atores de diferentes instituições, o processo de monitoramento e controle social precisa ser acessível e simplificado. Nesse caso, o acesso *on-line* constitui um caminho prático para gestão coletiva do PDR Sergipe.

A Matriz de Diretrizes, Programas e Projetos contém um conjunto de indicadores e metas que permite medir o nível de eficiência na execução de cada uma das propostas de Projetos/Ações do Plano. Dessa forma, a transposição da matriz para uma ferramenta *on-line*, assegura uma gestão simplificada e objetiva do Plano.

O Ministério da Integração Nacional e o Governo do estado de Sergipe mantêm portais *on-line* que reúnem dados e informações para planejamento e gestão. No caso do Ministério, possui a plataforma do ODR, que consiste em um portal de dados georreferenciados sobre a dinâmica regional brasileira. Em Sergipe, o estado mantém a plataforma do Observatório de Sergipe, vinculada à Superintendência de Estudos e Pesquisas (Supes) da Seplag, com o papel de desenvolver e manter sistemas de dados e informações gerais sobre o estado, abrangendo a elaboração de estudos, pesquisas, estatísticas, levantamentos geográficos, cartográficos e de geoprocessamento aplicados às políticas públicas.

Cada plataforma possui sua própria estrutura de dados, o que inviabiliza um fluxo de informações unificado e compatível com diferentes sistemas de informações. Dessa forma, a proposta de fluxo de informações consiste na adaptação de um ambiente para inserção das informações da Matriz de Diretrizes, Programas e Projetos.

A partir da adaptação do ambiente das plataformas, a Seplag será responsável por alimentar o sistema com todas as informações da Matriz de Diretrizes, Programas e Projetos/Ações. O acompanhamento do sistema poderá ser feito por qualquer cidadão, e a atualização dos dados será realizada de acordo com a periodicidade pactuada coletivamente, como previsto no modelo de gestão do PDR Sergipe.

A alimentação e atualização dos dados em ambiente *on-line* irão seguir o fluxo apresentado na Figura abaixo.

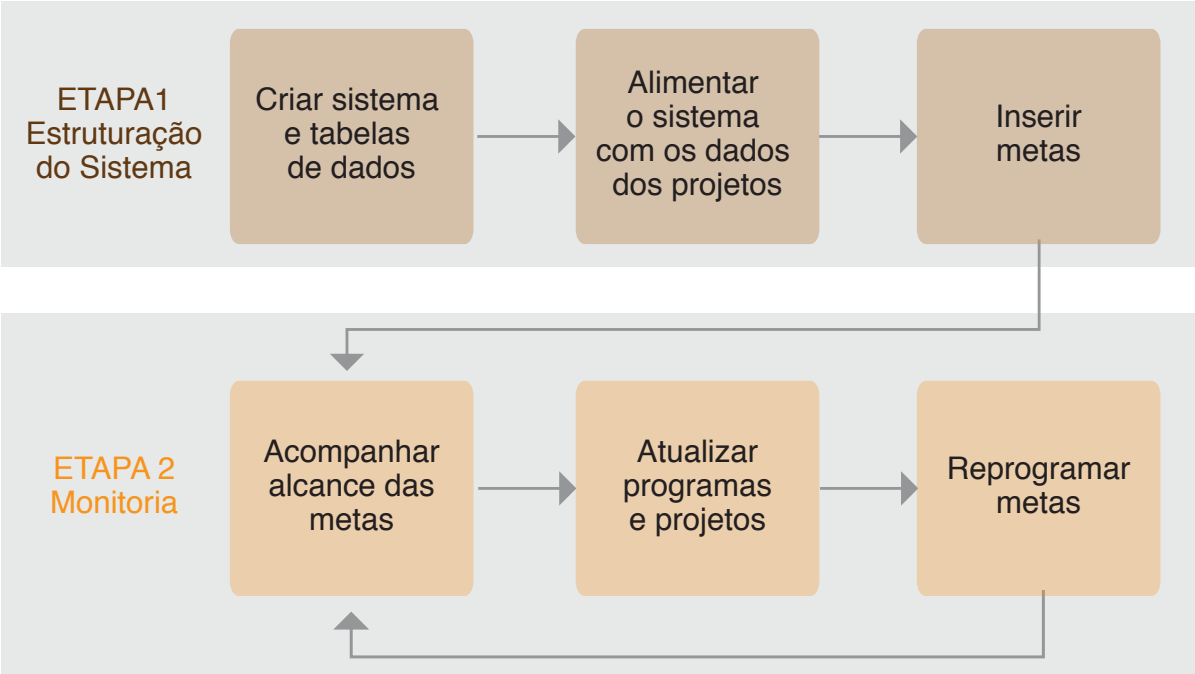

Figura 13 - Fluxo de alimentação das informações do PDR Sergipe em ambiente *on-line*

Fonte: IABS, 2017. Elaboração própria.

A estrutura do ambiente proposto seguirá uma estrutura de sistema de Tecnologia da Informação (TI), que exige um trabalho profissional técnico de hierarquização das tabelas e identificação da inter-relação entre os campos.

Cânion do Xingó
Foto: João Schwartz

CONCLUSÕES

XIII. CONCLUSÕES

O PDR Sergipe é resultado de um processo de articulação entre os mais diversos agentes com atuação no território sergipano. Diante e como resultado dos esforços despendidos para construção deste documento, espera-se que ele norteie e permita a integração entre as diversas ações despendidas por todos esses atores.

O conjunto de diretrizes, programas e projetos apresentados representam as propostas da sociedade de Sergipe para redução das desigualdades regionais e realização do pleno desenvolvimento das aptidões do Estado.

O processo de construção do PDR Sergipe teve como uma de suas diretrizes centrais a participação social. A importância dessa participação vai além da visão de colaboração. Historicamente, muitas propostas de políticas públicas e articulação intersetorial para o desenvolvimento falharam em sua execução, remanescendo como compilados de expectativas expressos em documentos oficiais.

A construção de uma visão de desenvolvimento por meio de mecanismos de participação social, porém, representa um salto de qualidade na implantação desses planos. Embora complexos e demandantes de maiores esforços de articulação de interesses, os processos democráticos têm o poder de gerar resultados resilientes, isto é, mais resistentes a alterações no contexto em que estão inseridos.

Nesse sentido, o PDR Sergipe se consolida como uma proposta de desenvolvimento construída a partir de uma visão coletiva, alinhada às principais agendas nacionais e internacionais para uma sociedade mais justa e digna, o que leva à introdução da segunda diretriz central adotada ao longo deste processo: a sustentabilidade.

Em âmbito global, um grande esforço tem sido direcionado à adoção dos ODS por todos os países e governos subnacionais. Os ODS, aprovados em 2015 no âmbito da ONU, são um importante passo para sociedades mais justas baseadas nos pilares “pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias”. A estratégia internacional de implantação dos ODS, denominada “Leave No One Behind” (Não Deixe Ninguém para Trás, tradução livre), reforça a convergência entre essa agenda e os objetivos da PNDR, que rege a elaboração do PDR Sergipe, que tem como estímulo central a redução das desigualdades.

Os resultados do trabalho realizado no âmbito deste Plano pretendem lidar com um diagnóstico regional desafiador: altas concentrações de infraestrutura produtiva e renda; baixa diversificação econômica; elevados índices de vulnerabilidade social e fragilidades no acesso a serviços básicos; desertificação; e perda de capacidade de geração de serviços ecossistêmicos, com destaque à escassez hídrica.

Por outro lado, foram observados muitos elementos positivos que contribuem para fazer frente a essas barreiras: a existência de lideranças mobilizadoras em diversos setores da economia e da sociedade, as potencialidades naturais e culturais sergipanas, e questões geográficas.

A articulação entre os setores público, privado e da sociedade civil será fundamental para garantir que essas potencialidades se traduzam em desenvolvimento inclusivo, superando as limitações existentes. Durante o processo de construção do Plano, observou-se a existência de diversas instâncias onde essa articulação já ocorre.

O PDR Sergipe, nesse contexto, poderá ser o eixo de fortalecimento dessa governança. Ao mesmo tempo, serão os mecanismos de gestão adotados que garantirão que o documento tenha a importância que se espera, de transformação da realidade regional.

REFERÊNCIAS

XIV. REFERÊNCIAS

ACTION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **The Leave No One Behind Partnership**. Disponível em: <http://action4sd.org/leavenoonebehind/>. Acesso em: 6 abr. 2017.

APL/SE. **Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe**. Disponível em: <http://www.neapl.sedetec.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=7>. Acesso em: 6 abr. 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento do APL Apicultura**. Disponível em: <http://www.neapl.sedetec.se.gov.br/modules/wfdownloads/visit.php?cid=1&lid=30>. p. 3. Acesso em: 6 abr. 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento do APL Pecuária de Leite de Sergipe**. Disponível em: <http://www.neapl.sedetec.se.gov.br/modules/wfdownloads/visit.php?cid=1&lid=35>. p. 5. Acesso em: 6 abr. 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento do APL Psicultura do Baixo São Francisco Sergipano**. Disponível em: <http://www.neapl.sedetec.se.gov.br/modules/wfdownloads/visit.php?cid=2&lid=81>. Acesso em: 6 abr. 2017.

ARAÚJO, A. T. **História de Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1970.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Base de Dados dos Produtos. **Mandioca**: Produção Brasileira. Disponível em: <http://www.cnpmf.embrapa.br/Base_de_Dados/index_xls/Brasil/Mandioca/mandioca_brasil_producao.htm>. Acesso em: 6 abr. 2017.

_____. Unidades Embrapa no Brasil. Mandioca e Fruticultura. **Cultivos Mandioca**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura/cultivos/mandioca>. Acesso em: 6 abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas de população para 1º de julho de 2016**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____.**Pesquisa Pecuária Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas>. Acesso em: 6 abr. 2017.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Perdas de Água**: **Desafios ao Avanço do Saneamento Básico e à Escassez Hídrica**. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/perdas-de-agua/Relatorio-Perdas-2013.pdf>. p. 40. Acesso em: 6 abr.

MELO, R. O.; PASSOS SUBRINHO, J. M.; FEITOSA, C.O. Indústria e Desenvolvimento em Sergipe. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 40, n. 3, abr-jun. 2009.

NAÇÕES UNIDAS. **17 Objetivos para transformar nosso mundo**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/tema/odm/>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Transformando Nosso Mundo**: **agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. **Decreto n. 4.297, de 10 de julho de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4297.htm>. Acesso em: 6 abr. 2017.

RIO+20. **Sobre a RIO+20**. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em: 10 abr. 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO DESENVOLVIMENTO URBANO DE SERGIPE. Subsecretaria de Estado do Desenvolvimento Energético Sustentável. **Panorama Energético de Sergipe**. 2014. p. 16.

SILVA, J. G. da. **O Novo Rural Brasileiro**. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2017.

TESOURO NACIONAL. **Boletim das Finanças Públicas dos Entes Subnacionais**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/0/Boletim+de+Financas+P%C3%BAblicas+dos+Entes+Subnacionais/107970b4-9691-4263-a856-b37d655b42b2>. Acesso em: 15 jan. 2017.

UNDP. **Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**: **implementação e acompanhamento no nível subnacional.** Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/roteiro-para-a-localizacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sust.html>. Acesso em: 10 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Redesit. **Foco**. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist/foco>. Acesso em: 11 abr. 2017.

PDR

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE

Execução

IABS

Realização

IICA

Sudene

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

GOVERNO DE SERGIPE

A GENTE CUIDA COM TRABALHO

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

BRASIL